

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

ROMILLY (Jacqueline de), *Le temps dans la tragédie grecque*. J. Vrin, Paris, 1971.

Em 1931, Hermann Fraenkel publicou a sua obra pioneira (*Die Zeitauffassung in der archaischen griechischen Literatur*) sobre a formação e a elaboração do conceito de tempo na Grécia antiga. Mais recentemente, outros especialistas, entre os quais a autora do trabalho em questão, tem voltado a sua atenção para esse problema.

Hesíodo, Homero e os primeiros pensadores gregos pouco se ocuparam do tempo. A palavra *chronos*, que o designa, não aparece em Hesíodo, nunca é sujeito de verbo em Homero e pode ser encontrada apenas uma vez em Tales. Todavia, no século V a.C., nas obras de Píndaro e nas tragédias conservadas, o tempo tem um papel de grande destaque; mais de quatrocentas vezes a palavra *chronos* aparece nos autores trágicos. Essa frequência indica que o conceito de tempo já estava bastante desenvolvido e não é por acaso que o período de florescimento da tragédia coincide com a manifestação da consciência histórica entre os gregos.

Segundo Hermann Fraenkel, o gênero trágico estaria no fim da evolução da noção de tempo, mas a autora se propõe demonstrar que o conceito, tal como aparece nos três grandes trágicos, ainda está, no século V a.C., profundamente marcado por sua evolução anterior. Com seu estudo, Jacqueline de Romilly, pretende atingir um duplo objetivo: lançar um pouco de luz sobre um aspecto importante do universo interior dos autores e dar uma contribuição para a história das idéias e da psicologia.

Tempo e tragédia estão intimamente ligados. A tragédia se consagra a um acontecimento que vem romper a ordem e perturbar a vida dos personagens. Daí as diversas reflexões destes e do coro sobre o tempo. Mais ainda, a tragédia se passa num tempo estritamente delimitado — o de uma revolução do sol — e põe em jogo o passado e o futuro dos heróis centrais. Os trágicos gregos se viram, portanto, frente à necessidade de isolar a crise trágica, que constitui a tragédia propriamente dita, e, ao mesmo tempo, relacioná-la com o passado. Os procedimentos utilizados por cada um deles, no sentido de satisfazer essa exigência, são objeto de um exame cuidadoso da autora. Entre Ésquilo e Eurípides, uma evolução decisiva se processa.

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

A noção de tempo, tal como aparece na tragédia, não é, todavia, o nosso moderno conceito de duração abstrata. A autora mostra que a estrutura da tragédia grega, que consiste basicamente em episódios carregados de tensão interior interrompidos pelos cantos do coro, casa bem com a idéia de tempo cíclico, intimamente relacionada com a idéia de ordem universal (cosmos). Além disso, os temas tratados pelo coro são, com frequência, a negação do tempo. Cada um dos três grandes trágicos tem também a sua maneira peculiar de escapar ao tempo. No teatro de Ésquilo, os mortos continuam agindo e o passado se faz presente; Sófocles utiliza, com frequência, o processo da generalização, pelo qual um fato qualquer adquire um sentido universal. Na peça *Édipo em Colona*, a promessa de Teseu, que decide acolher Édipo em território ateniense, é seguida pelo coro célebre que glorifica Atenas.

Na tragédia grega, a consciência do tempo já está presente. Todavia, essa consciência era recente e estava marcada por sua evolução anterior. Isso é demonstrado, com grande habilidade, pela autora, no segundo capítulo do livro, cujo título é *O Tempo Personificado*. Em Ésquilo e em Sófocles, por exemplo, o tempo é sentido como uma presença viva, próxima dos homens e, às vezes, assumindo mesmo as transformações que a duração traz aos personagens. Daí as referências ao tempo “que envelhece” ou aos meses “que nasceram com Édipo”. Assim como o tempo, as forças psicológicas (as preocupações, o temor, o espanto, etc.) tem vida espacial independente: o temor “voa” (Agamemnon), a culpa “voa” (Eumênides) e até o próprio coração pode usurpar uma existência autônoma. “É o momento em que os sentimentos eram já sentidos em toda a sua força subjetiva e, entretanto, não estavam ainda integrados numa verdadeira vida interior”, diz a autora (pág. 47). O tempo aparece também como testemunha e como juiz: o tempo revela todas as coisas e mostra os defeitos dos homens. À medida que a noção de tempo se aproxima mais da de duração abstrata, as personificações se tornam mais precisas. Na época da tragédia, a noção de tempo já ganhara importância e precisão mas continuava a ser evocada em termos de mito.

Jacqueline de Romilly, professora na Sorbonne, dá, com esta obra, um passo a mais no caminho aberto por H. Fraenkel. Se, por vezes, a autora parece preocupada demais em obter argumentos que sustentem a sua tese, por outro, ela consegue, com isso, realizar um trabalho extremamente estimulante, cuja leitura certamente não deixará de provocar novas indagações, que levarão a um conhecimento ainda maior dos trágicos gregos. Ela demonstra, assim, que uma pesquisa original não é necessariamente aquela que tem como base documentos desconhecidos. Muito se pode descobrir de novo em textos já bastante estudados.

JÔNATAS BATISTA NETO

*

* *

TEXTUS MINORES. 13 1/2 x 19 1/2 cm. E. J. Brill, Leiden, 1948-1970.

O título desta coleção e seu subtítulo — *in usum academicum* —, sugerem desde logo que se trata de coleção semelhante, o que é, aliás, perfeitamente justificável e inteiramente louvável, à da coleção alemã *Kleine Texte* (= KT), lançada em 1902 por H. Lietzmann, e atualmente sob os cuidados de K. Aland, já com mais de 180 fascículos publicados. Ambas as séries querem fornecer, a preços acessíveis aos estudantes, material para seminários acadêmicos ou para o estudo particular de determinados temas, e ambas têm mira realmente acadêmica, abrangendo todos os ramos dos estudos universitários, incluindo a teologia. Os *Textus Minores* (= TM) são, no entanto, inteiramente independentes, e só poucos são os fascículos de conteúdo mais ou menos idêntico ao da série alemã, como não podia deixar de ser em semelhantes coleções. Projetada primeiramente por N. W. Postumus e J. de Zwaan, a coleção está a cargo de um grupo de professores universitários, que tem variado no decorrer dos anos. Seria demasiado longo enumerar seus nomes aqui.

O caráter da coleção explica por que alguns dos fascículos não têm introdução alguma, nem notas explicativas ou índices, ou por que estas se limitem ao essencial. É que se supõe a parte introdutória do professor e o esforço do próprio aluno, que tem em mãos o material necessário para prosseguir por si mesmo.

Passamos a analisar o conteúdo dos 30 fascículos que recebemos para resenha. O leitor verá por si mesmo a riqueza do material que neles se contém e só poderá concordar com quem escreve, quando deseja que a coleção continue na boa marcha encetada e não tarde em alcançar, ou mesmo superar, em breve o número de fascículos de sua congênere alemã.

I. — GROSHEIDE (F. W.), *Some Early Lists of the Books of the New Testament*. 1948, 24 ps., fls. 1, 25.

Doze listas de livros do Novo Testamento nas respectivas línguas originais, latim e grego, a começar pelo famoso *Cânon de Muratori* (que não foi cardeal, como se afirma à p. 5), reproduzido em seu texto original bárbaro e na reconstrução de H. Lietzmann (KT 1, 5-11), até ao chamado *Decreto Gelasiano*. A cada lista precede breve introdução, com a indicação das fontes, etc., e à p. 4 encontra-se uma bibliografia sumária. O fascículo será útil para quem não tem em mãos obras de maior vulto, e quer, no entanto, por-se a par da história da formação do cânon do Novo Testamento em seu período inicial.

*

II. — BOER (W. den), *Scriptorum Paganorum I-IV saec. de Christianis Testimonia*². 1965, 48 ps., fls. 4,00.

Textos de 16 autores pagãos, latinos e gregos, dispostos em ordem cronológica, sobre a religião cristã e seu fundador. Nesta 2. ed. acrescentaram-se

6 autores ou textos novos — de Galeno, Amiano Marcelino, Libânio, Eunápio —, e a fim de não faltarem de todo também textos inautênticos, a pretensa carta de Hadriano e Minúcio, e um fragmento de Élio Aristides (p. 4). Não desejando o editor passar dos limites estabelecidos para os diversos fascículos dos TM, viu-se obrigado a dar apenas uma parte dos fragmentos de Celso, Porfírio e Juliano (p. 3). Os outros autores são: Plínio-o-Moço (*Carta a Trajano* e resposta dêste), Tácito, Suetônio, Epicteto, Marco Aurélio, Luciano de Samósata e o autor de um *Ludus de mysteriis Christianis*. Precede uma bibliografia geral (p. 4s), e para cada autor se cita a fonte e sua bibliografia própria. Quanto a Celso, o autor aproveita a obra de O. Glöckner (KT 151). De Porfírio aduzem-se 19 fragmentos, tirados de duas obras de A. Harnack, cujos números se citam. Ora, como estas obras são extremamente raras, ainda mais entre nós, teria sido sumamente conveniente citar a fonte original de cada texto, como dos de Eusébio de Cesaréia, S. Jerônimo, etc., o que teria facilitado a procura e o estudo de cada um dêles em seu contexto. Há, de resto, mais alguma bibliografia à p. 23s. Não obstante isso, a edição é útil por reunir em poucas páginas o material essencial para o estudo do objeto em pauta.

*

III. — FISCHER (H. F. W. D.), *Leges Barbarorum in Usum Studiosorum*.

I. *Pactus Legis Salicae*. 1948, 44 ps., fls. 2,00.

Reedição da forma mais antiga dos direitos populares germânicos, baseada, com adições e correções, na edição de J. H. Hessels de 1880, que reproduz, por sua vez, o códice latino 4404 de Paris. Incluem-se as chamadas glosas malbêrgicas (p. 3). É sabido que estas leis também costumam figurar, ao menos em parte, nas antologias do latim vulgar, o que torna sua edição duplamente interessante. O mesmo vale do fasc. XVI.

IV. — GONDA (J.), *Twenty-five Sanscrit Inscriptions for Use in Universities*, 1948, 42 ps., fls. 1,50.

Coleção de 25 inscrições em sânscrito, reproduzidas em transliteração. A descrição de cada uma delas, sua localização, a publicação onde primeiramente apareceu e um resumo de seu conteúdo encontra-se às ps. 3-6.

*

VII. — ZWAAN (J. de), *Griekse Papyri ten dienste van het onderwijs in het nieuwtestamentisch Grieks*. 1948, 33 ps., fls. 2,80.

Edição de 22 papiros gregos (cartas, documentos, etc.), de várias procedências (Oxirrinco, Tebtunis, etc.), precedida de bibliografia (p. 4s), prefácio (p. 6s), e lista de sinais críticos (p. 8), e seguida de um glossário (p. 29-33), a serviço do ensino do grego neotestamentário. Dêstes 22 papiros só 11 se encontram no fasc. 14 dos KT, e os dois fascículos se completam mutuamente. Como em ambos não se trata da publicação de papiros neotestamentários, mas

apenas de papiros que ilustram o grego da época do Novo Testamento, o da chamada *koiné*, é evidente que ambos são ótimos instrumentos de trabalho para quem quer dedicar-se ao seu estudo, independentemente do N. T., e não tem acesso às grandes edições de papiros gregos.

*

XI. — JANSSEN (H. H.), *Oscan and Umbrian Inscriptions with a Latin Translation*. 1949, 52 ps., fls. 1,65.

Coleção de 22 inscrições oscas e 7 umbras, das mais diversas procedências (Bantia, Avela, Pompéia, Gubbio, etc.). Precede uma lista dos mais importantes livros de referência (p. 4s), que se citam novamente para cada inscrição, um prefácio breve (p. 6), uma página de siglas e abreviaturas (p. 7). As inscrições mesmas vêm em grifos, a versão latina em tipos comuns. Antes de cada inscrição indica-se se foi usado o alfabeto osco ou umbro. Nada havendo a respeito, o alfabeto usado é o latino. O alfabeto tarentino-jônico aparece numa lápide encontrada em Messira (p. 34s).

*

XIII. — SCHELTEMA (H. J.), *Florilegium Iurisprudentiae Graeco-Romanae*. 1950, 61 ps., fls. 2,00.

Coleção de 17 autores ou textos, quase exclusivamente gregos, de juriconsultos greco-romanos, a que se costuma dar o nome de *antecessores*. O editor nota expressamente que se absteve de citar exemplos das *Novelas* de Justiniano, por estas se encontrarem nas mãos de todos (p. 3). Trata-se de nomes como os de Modestino, Teófilo, Doroteu, Cirilo, Leão-o-Sábio e outros, sete dos quais o editor publica à base de manuscritos (p. 3 e 5). Notamos que no índice dos autores e textos (p. 5), a indicação das páginas não corresponde às do texto do n. X (*Novella Leonis Sapientis*) em diante.

*

XIV. — HONDIUS (J. J. E.), *Tituli ad Dialectos Graecas Illustrandas Selecti. I. Tituli Achaici et Aeolici*. 1950, 40 ps., fls. 1,95.

Depois de breve prefácio (p. 3), um índice geral (p. 5s), uma bibliografia das fontes e um elenco das siglas (p. 7s), o editor apresenta 41 inscrições, cada qual precedida de brevíssima bibliografia, e distribuídas pelos dialetos seguintes: 1. acaicos, isto é, o arcádico (n. 1-5), e o cipriota (n. 6-9); 2. eólicos, ou seja, o da Eólia asiática (n. 10-15), o tessálico, subdividido em pelasgiota (n. 16-22), tessaliota (n. 23-25), e o dialeto de Perrhaebia (n. 26), e, enfim, o beócio (n. 27-41). Cronologicamente os textos vão do séc. VII a. C. (n. 27, com ?), até 130 d. C., ano do qual data o *carmen* de Júlia Balbila em honra de Hadriano e sua mulher Sabina, gravado no colosso de Memnon (n. 15). Os assuntos são os mais variados, religiosos, públicos e particulares.

*

- XVI. — FISCHER (H. F. W. D.), *Leges Barbarorum in Usum Studiosorum. II. Lex Ribuaria — Lex Saxonum — Eua ad Amorem*. 1951, 48 ps., fls. 2,00.

Esta reedição do direito dos francos ribuários, cujos incios remontam ao período merovíngio, baseia-se na edição de R. Sohm de 1883 (códice latino 10.753 de Paris, códice 1 do texto A); a dos saxões na de Herold de 1557 e C. v. Schwerin de 1918, a dos francos camavos (s. VIII/IX) igualmente na de R. Sohm (p. 3). Notamos, como no fasc. III, a utilidade destes textos também para o estudo do latim vulgar.

*

- XVII. — VRIEZEN (Thc. C.) e HOSPES (J. H.), *Palestine Inscriptions*. 1951, 40 ps., fls. 3,20.

Esta coleção de inscrições se destina, em primeiro lugar, àquêles que se dedicam ao estudo acadêmico do hebraico e das antiguidades do Velho Testamento. Incluíram-se não sòmente inscrições da Palestina pròpriamente dita, mas também as inscrições fenícias mais conhecidas e a moabítica de Mesha. Cremos que hoje se falaria em inscrições cananéias, sendo que a palavra Canaã é mais ampla que Palestina, incluindo a Fenícia, assim como as línguas cananéias incluem o fenício, o hebraico e o moabítico. Se o térmo Fenícia podia, por vêzes, incluir a faixa costeira da Palestina, nunca a palavra Palestina incluiu a Fenícia. Não se incluíram inscrições aramaicas antigas, mas apenas duas mais recentes, que, todavia, provêm da Palestina. Para aquêles que já terminaram os estudos acadêmicos, mas continuam a interessar-se por êles, juntaram-se às diversas inscrições algumas breves notas, sobretudo lingüísticas, supondo que o leitor esteja familiarizado com o hebraico do Velho Testamento. Como é costume em semelhantes publicações, tôdas as inscrições se reproduzem no alfabeto hebraico quadrado de hoje, embora sòmente as duas últimas, as duas aramaicas mencionadas, nele realmente se escreveram. — Quanto ao conteúdo, temos 5 inscrições fenícias (de Ahiram, Yehimilk, Abibaal, Elibaal e Safatbaal, p. 7-12), a de Mesha (p. 14-21), várias hebraicas (calendário de Gezer, 20 óstraca da Samaria, a inscrição do canal de Siloé, 4 dos óstraca de Lakhish, 27 inscrições gravadas em sigilos (p. 12-38), e as duas aramaicas mencionadas, ambas provenientes de Jerusalém (p. 38-40). Temos, pois, um pequeno mas útil suplemento aos textos do Velho Testamento e uma reduzida antologia de textos semíticos.

*

- XVIII. — QUISPÉL (G.), *Tertulliani De Testimonio Animae Additis locis quibusdam ad naturalem Dei cognitionem pertinentibus*. 1952, 46 ps., fls. 2,10.

Reprodução do texto crítico de J. C. Schulte (Amsterdam 1943), seguida de 16 textos de 5 autores gregos e latinos, pagãos e cristãos, incluindo um texto paralelo do próprio Tertuliano (*De Corona*, c. 5-7), que se referem ao

conhecimento natural de Deus. Fora dos textos de Tertuliano, temos os de Dio Crisóstomo, Sexto Empírico, Pseudo-Aécio e Minúcio Félix, que nos ajudarão a estudar a obra de Tertuliano em sua situação histórica.

*

XIX. — JONKERS (E. J.), *Acta et Symbola Conciliorum quae saeculo quarto habita sunt*, 1954, 138 ps., fls. 6,50.

Baseando-se nas grandes edições clássicas de C. J. Hefele-H. Leclercq e J. D. Mansi-H. Weller (Paris-Leipzig 1901), o editor oferece, em latim e grego, os cânones e símbolos de 18 concílios que se celebraram no século IV, a começar pelo de Elvira de 305, até ao de Cartago de 397, incluindo, naturalmente, os ecumênicos de Nicéia de 325 e o de Constantinopla de 381. Como número XIX junta-se o símbolo chamado Niceno-Constantinopolitano. Este fascículo certamente será muitíssimo útil para quem não tem acesso às coleções mencionadas, ainda mais que alguns destes concílios não são fáceis de se encontrarem. Os documentos apresentados permitem seguir de algum modo, no primeiro século da liberdade da Igreja, o progresso do dogma cristão, enquanto ele se manifesta através do magistério eclesiástico extraordinário.

*

XX. — DIJKSTERHUIS (E. J.), *The First Book of Euclidis Elementa with Glossary*. 1955, 59 ps., fls. 3,25.

Sem explicação prévia ou indicação de alguma edição crítica, que servisse de base, o editor apenas reproduz o 1º dos 15 livros, nem todos autênticos, dos *Elementa* de Euclides, seguido de um glossário greco-holandês-inglês (p. 56-59).

*

XXI. DIJKSTERHUIS (E. J.), *The Arenarius of Archimedes with Glossary*. 1956, 24 ps., fls. 1,90.

Como no fascículo precedente, também aqui se nos oferece apenas a edição do texto grego do *Arenarius* ou *De Arenae Numero* de Arquimedes, seguida de uma lista de divergências entre o dialeto dórico, em que aquele escrevia, e o ático (p. 22), e novamente de um glossário greco-holandês-inglês (p. 23s).

*

XXII. — DIJKSTERHUIS (E. J.), *Gemini Elementorum Astronomiae Capita I, III-VI, VIII-XVI with a Glossary*. 1957, 68 ps., fls. 4,00.

Edição do texto grego de alguns capítulos, indicados no título, da *Eisagogé eis tà phainómena* de Gêmino de Rodes (c. 70 a. C.), seguida novamente de um glossário greco-holandês-inglês (p. 66s), bem como de corrigendas (p. 68s).

*

XXV. — LOHSE (E.), *Die Passa-Homilie des Bischofs Meliton von Sardes*. 1958, 36 ps., fls. 2,25.

Como explica o editor, esta primeira obra completa conhecida de Mérito de Sardes (c. 170), foi primeiramente editada por Campbell Bonner em 1940

à base do fasc. VIII de papiros bíblicos de Chester Beatty, e em 1941 em reprodução fotográfica por F. Kenyon (p. 3). Estamos, pois diante da terceira edição do texto, que pretende divergir da de Bonner apenas em dois pontos: quanto aos complementos das muitas lacunas do códice, e quanto a certas conjecturas inevitáveis, levando em conta igualmente as de autores posteriores. Além disso, tentou-se reproduzir o texto de tal modo que logo se deparasse com seu caráter nitidamente métrico e hínico. Quanto aos diversos problemas suscitados pelo texto, mantém o editor a autenticidade (p. 5s), a língua original grega (p. 6s), e o fato de não se tratar de um Sermão sobre a Paixão, mas de um Sermão sobre a Páscoa, pois Mélito era quartodecimano (p. 7). Segue-se breve bibliografia (p. 8), e uma lista de abreviaturas e siglas, que incluem as dos fragmentos gregos, coptas e siríacos, que já se conheciam ou se identificaram posteriormente (p. 9), aos quais pode juntar-se a versão latina condensada, novamente publicada por H. Chadwick, e que já figurava entre as obras falsamente atribuídas a S. Leão Magno (Sermo VII [PL 54, 493s]). — É preciso notar, todavia, que as edições mencionadas, inclusive a presente, se tornaram mais ou menos caducas, depois da publicação, em 1960, por M. Testuz, do papiro Bodmer XIII, que contém o texto completo da Homilia, salvo os 6 primeiros parágrafos, o que dispensa a imensa maioria das conjecturas e emendas. Contudo, o dever nos obrigava a incluir o presente fascículo em nossa resenha.

*

XXV. — HENDRIX (P.), *Pseudo-Dionysii Areopagitae de Caelesti Hierarchia*. 1959, IV + 43 ps., fls. 1,75.

Explicando em breve introdução o modo de ser do famoso autor anônimo, que tanta influência exerceu, manifesta o editor a esperança de que esta nova edição, que, segundo êle mesmo diz, nada mais é do que a reprodução, sem aparato crítico, do excelente texto crítico publicado na série *Sources Chrétiennes*, vol. 58 (G. Heil-R. Roques-M. de Gandillac), Paris 1958, possa ser útil aos estudiosos de teologia e de línguas clássicas, desejosos de ampliar seus conhecimentos dos cultos e das liturgias antigas, e da teologia e mistagogia dos primeiros tempos da Igreja (p. IV).

*

XXVI. — BINGEN (J.), *Menander. Dyscolos*². 1964, XXII + 54 ps., fls. 6,80.

Trata-se da 2a. edição, revista, por parte do mesmo editor, da primeira comédia completa conhecida de Menandro, publicada pela vez primeira, em 1958, por V. Martin, de acôrdo com o papiro Bodmer IV, do século III-IV d. C. Na introdução o editor fala dos fragmentos da obra que já conhecíamos (p. XI), e de outros fragmentos de Menandro (p. V), e nos fornece uma análise do conteúdo da obra nova, falando igualmente da data da mesma e do metro (p. V-X). A importância da obra para os filólogos pode avaliar-se pela bibliografia de 195 itens (p. XII-XXI), que vão de 1958-1963, ou seja 5 anos. Enumeram-se

em primeiro lugar 17 edições, das quais duas já em 2a. edição, como a presente, dedicando-se o resto a estudos de crítica do texto, etc., e bibliografias.

*

XXVII. — GRONINGEN (B. A. van), *Juliani Imperatoris Epistulae Selectae*. 1960, 40 ps., fls. 4,00.

Após breve prefácio (p. 3), temos o índice das cartas aqui publicadas (p. 5), um sumário da vida de Juliano (p. 6), uma lista das divergências desta edição da de J. Bidez (p. 7s), o texto de 20 cartas (p. 9-38), e um índice dos nomes próprios neles mencionados (p. 39s). Espera o editor que o leitor chegue a apreciar melhor êste homem, que certamente teve seus defeitos e detestava por completo a fé cristã, mas merece ser julgado com certa indulgência pela proibição de seu espírito, pela procura do bom e do justo, por seu devotamento para com os deuses e os amigos, e pela elegância de sua linguagem (p. 3). — Notamos que a indicação das páginas que se citam no prefácio (p. 3), não corresponde às do texto, devendo ler-se p. 7 e 8 em lugar de 9 e 10, e p. 6 em lugar de 7.

*

XXVIII. — RUIJGH (C. J.), *Tabellae Mycenenses Selectae*. 1962, 76 ps., fls. 6,00.

Supondo que as grandes edições dos textos micenos estejam acima dos bolsos dos estudantes, resolveram os editores dos TM publicar esta pequena antologia, que abrange 140 tabuinhas de Pylos, 81 de Cnossos e 8 de Micenas (p. 4). Os textos vêm transliterados com notas críticas do editor, seguidas de listas comparativas dos números da presente edição com os das edições clássicas (E. L. Bennett, J. Chadwick, etc.) (p. 57-60), e de um índice dos vocábulos micenos transliterados, e, enquanto possível, transcritos ainda em caracteres gregos (p. 61-76). Acompanha o fascículo uma folha desdobrável contendo os sinais silábicos e ideográficos micenos.

*

XXIX. — EGGERMONT (P. H. L.) e HOFTIJZER (J.), *The Moral Edicts of King Asoka Included the Greco-Aramaic Inscription of Kandahar and Further Inscriptions of the Maurian Period*. 1962, 48 ps., fls. 3,25.

Em 5 capítulos apresentam-se, transliterados, 16 editos chamados de rochedo do rei Asoka (século IV a. C.), omitindo-se apenas um muito danificado (p. 7-22), 7 conservados em colunas ou estelas (p. 23-30), os editos menores em rochedo ou estelas (editos de conversão, cisma, etc. (p. 31-41), a inscrição greco-aramaica de Kandahar, a cargo do segundo editor (p. 42s e 44s), sendo que o texto grego se publica em seus caracteres próprios, o aramaico transliterado, e mais 4 inscrições que se atribuem ao período da dinastia mauriana. Cada editor contribui com sua pequena introdução (p. 4s. 5s) e bibliografia (p. 4s. 46). Note-se que o nome do rei é Piodasses em grego e PRJDRS em aramaico,

o que corresponde a seu nome secundário de Piyadassi, Pyadassana. Ao famoso *dhamma* budista corresponde *eusébeia* em grego, e *verdade* em aramaico (p. 6).

*

XXX. — MEYER (C. S.), *Luther's and Zwingli's Propositions for Debate. The Ninety-five Theses of 31. October 1517 and the Sixty-seven Articles of 19 January 1523. In the Original Version and Contemporary Translations. With a New English Translation, Introduction and Bibliography.* 1963, X + 59 ps., fls. 4,00.

O título do fascículo praticamente corresponde ao resumo de seu conteúdo. O texto latino das 95 teses de M. Lutero (p. 2-20), provém da edição clássica de suas obras conjuntas de Weimar (I, 1883), o texto alemão (p. 22-33) de uma edição de 1557, enquanto o texto alemão dos 67 artigos de U. Zwingli (p. 36-50) de uma edição suíça de 1940 (O. Frei), e o latino (p. 52-57) do de J. B. Kidd (Oxford 1911). O editor aponta a utilidade de se compararem os textos nas diversas línguas para atinar com seu verdadeiro sentido (p. VIII) e apresenta a análise sumária de ambos os documentos (p. VIII-X). Indica as fontes dos textos (p. 1 e 35) e termina com uma bibliografia seleta (p. 58s). Não há dúvida de que este fascículo é sumamente útil para o estudo da Reforma, sobretudo para comparar entre si os pontos de partida destes dois Reformadores.

*

XXXI. — PLEKET (H. W.), *Epigraphica. I. Texts on the Economic History of the Greek World.* 1964, 72 ps., fls. 7,50.

Edição de 50 inscrições gregas, que vão do século VII a. C. até ao III d. C., e provêm de todo o mundo grego, que se referem à sua história econômica. O editor pretende, com este 1º fascículo de uma série, familiarizar o principiante com o uso do material epigráfico para o estudo dos aspectos político, econômico e social da História Antiga (p. 3). Em 3 capítulos apresentam-se inscrições referentes à legislação econômica e monetária (p. 8-34), às finanças públicas (p. 34-55) e à locação de terras (p. 56-72). Cada texto é precedido da indicação de sua fonte (abreviaturas à p. 7) e da eventual bibliografia, e notas críticas acompanham o texto, quando é o caso.

*

XXXIII. — THIERRY (J. J.), *The Epistle to Diognetus.* 1964, 32 ps., fls. 4,40.

A *Epístola a Diogneto*, que hoje se costuma transmitir entre as obras dos chamados Padres Apostólicos, geralmente se considera um dos produtos mais elegantes da literatura da Igreja primitiva. Havia sido transmitida num único manuscrito apenas, proveniente talvez do século XIV, e conservado em Estrasburgo, mas destruído durante a guerra franco-prussiana de 1870. Salvou-se o texto graças a cópias feitas anteriormente (p. 4). Devido à sua afinidade com a literatura apologética do século II e à ausência de estilo propriamente epistolar, o editor propõe como título simplesmente *Ad Diognetum*, como dizia o manuscrito, que o atribuía a S. Justino Martir (p. 4s). Ignoramos o autor e o des-

tinatório, conhecido apenas pelo nome, e como data propõe-se c. 200 (p. 5s). Quanto ao texto, o editor expressamente segue os princípios de H. I. Marrou — que publicou a 67a. edição da obra (*Sources Chrétiennes*, Vol. 33, Paris, 1951) —, fiel ao texto do manuscrito sempre que êste faça sentido. Quando discorda dêle e dos editôres precedentes, anota o fato (p. 6. 23-25). Mantém a autenticidade dos cc. 11-12 (p. 10s). No final do fascículo encontra-se uma lista muito útil de alusões ou referências à Bíblia (p. 26-28), e um glossário de termo gregos especificamente cristãos (p. 29-32). Muito útil nos parece igualmente a análise pormenorizada da obra à p. 7-10. Acha o editor, que define a obra como 'apologia em casca de noz', que em sua avaliação se devam evitar os extremos (p. 11).

*

XXXIV. — BRUINS (E. M.), *Heronis Alexandrini Metrica, Accedunt partes quaedam selectae codicis Constantinopolitani Palatii Veteris N^o 1*, 16 x 24 cm, 1964, 96 ps., fls. 4,50.

Texto grego completo dos três livros da *Metrica* de Hero de Alexandria (entre 150 a. C. e 250 d. C.), precedida de parte da *Geometria* de Euclides (p. 11-14), pela *Geometrica* e grande parte da *Stereometrica* do próprio Hero (p. 15-35). Completam o fascículo algumas páginas de desenhos geométricos, 4 pranchas e um glossário (p. 92s). A publicação destes textos à parte e sua inclusão entre os TM, deve-se à gentileza da Organização Holandesa para o Progresso da Pesquisa Pura (Z. W. O.), que financiou a edição da obra tôda, que consiste de três partes: 1. Reprodução do manuscrito, 2. Texto grego, 3. tradução e comentário (*Supplements to Janus*, Vol. II, E. J. Brill, Leiden 1964). Este fato explica a diferença de formato deste fascículo, que destoa do resto da coleção, enquanto a conhecemos.

*

XXXVI — PFOHL (G.), *Greek Poems on Stones. I. Epitaphs from the Seventh to the Fifth Centuries B. C.*, 1967, XIII + 93 ps., fls. 14,00.

Incluindo os três adendos à p. 67s, o editor oferece, neste 1^o fascículo, uma seleção de 198 epitáfios gregos em forma poética, que vão de uma linha a dez e mais, se estendem do século VII ao V a. C., se encontram em toda sorte de material utilizável para tal fim, e se referem praticamente a todo o mundo grego. Temos uma breve bibliografia (p. IX-XI), e vários índices: o dos *incipit* (p. 69-71), um vocabulário epigramático (p. 72-81), um de nomes próprios (p. 82-86), a lista dos museus onde se encontram os diversos epitáfios (p. 87), e uma concordância dos números desta edição com os das grandes edições de textos epigráficos (p. 88-93).

*

XXXVIII. — OZMENT (St. E.), *Jean Gerson. Selections from 'A Deo exivit', 'Contra curiositatem studentium' and 'De Mystica theologia speculativa'*. 1969, 91 ps., fls. 10,00.

Depois de falar da pessoa de Gerson e expor as diversas opiniões de autores modernos sôbre se era nominalista ou realista (p. 1-4), explica o editor que

os textos ali reproduzidos foram escolhidos por se tratar de textos-chaves na controvérsia sobre a posição exata de Gerson (p. 4). O 1º texto, um sermão sobre Jo 13,3, dá a seu autor ocasião para falar da natureza da alma racional e de sua relação com Deus em seu estado preexistente na mente e vontade de Deus e em seu estado presente (p. 4s). O 2º texto apresenta sua doutrina sobre a relação entre filosofia e teologia (p. 6), enquanto no 3º ele explica sua opinião sobre a união mística com Deus (p. 6s). O fascículo conclui com notas do tradutor à introdução e aos três textos editados e por ele traduzidos (p. 74-89), e uma lista de abreviaturas e fontes primárias (p. 90s).

*

XXXIX. — OLIVIER (J.-P.), *The Mycenae Tablets IV. A Revised Transliteration*. 1969, XIII + 43 ps., fls. 16,00.

O editor deu o número IV à sua obra para distingui-la das três edições anteriores — I-III — de E. L. Bennett Jr., J. Chadwick, etc., e declara ser sua intenção apresentar em forma conveniente um texto transliterado de todas as tabuinhas encontradas em Micenas entre 1950 e 1967 (p. V). Trata-se de uma *editio minor*, que não dispensa as edições anteriores quanto à consulta das fotografias, desenhos e comentários. Contudo, cada texto foi examinado nos originais nos diversos museus onde estes se encontram, o que fez com que se conseguissem introduzir várias mudanças, que se justificam no aparato crítico (p. VI-VIII). Os textos são precedidos de uma concordância em que se referem os números atuais e precedentes das tabuinhas, lugar e ano da descoberta, etc. (p. X-XIII), e seguidas de vários índices de palavras (p. 33-43).

*

XLI. — PLEKET (H. W.), *Epigraphica. II. Texts on the Social History of the Greek World*. 1969, 58 ps., fls. 8,00.

Trata-se da continuação da série iniciada com o fascículo XXXI. Passando para a história social do mundo grego, o editor nos fornece o texto grego de 60 inscrições divididas em 2 capítulos. O 1º deles nos apresenta 32 inscrições que se referem à posição social da mulher no mundo greco-romano (p. 10-41), enquanto o 2º trata das funções sociais da criança, o *país*, e as opiniões prevalentes a seu respeito (p. 41-58). Cada inscrição é novamente precedida de informações sobre edições anteriores e a bibliografia, e acompanhada de notas críticas, quando era o caso. Precede a lista das 60 inscrições (p. 5-8), e das abreviaturas usadas (p. 9).

*

XLII. — HUYGHENS (R. B. C.), *Magister Gregorius (12e ou 13e siècle). Narracio de Mirabilibus Urbis Romae*. 1970, 45 ps., fls. 8,00.

Esta *Narracio* é o resultado da visita a Roma de um certo Magister Gregorius, de resto desconhecido, que escreveu no século XII-XIII, e se conserva num único manuscrito de Cambridge. Editado diversas vezes de modo insuficiente, o presente editor se deu ao trabalho de colacionar *in loco* o próprio ma-

manuscrito (p. 5). Considera-se a obra como fonte de primeira ordem para o conhecimento da Roma medieval, para cuja descrição o autor se serviu de informações colhidas *in loco* e de fontes escritas, uma das quais é o *De septem miraculis mundi*, reproduzido à p. 41s. Serviu, êle por sua vez, de fonte para o *Polychronicon* de Ranulfo Hidgen (+ 1354), cujos extratos se encontram à p. 35-40. Depois da lista dos 33 parágrafos contendo os diversos monumentos descritos (p. 9s), temos o texto anotado (p. 11-31), seguido de um apêndice crítico, e dos textos acima mencionados.

D. JOÃO MEHLMANN O. S. B.

*

* *

HALLIDAY (F. E.). — *Chaucer and His World*. Thames and Hudson, Londres, 1968, 144 p. e 171 ilustr.

O título da obra lembra o de dois outros importantes trabalhos sobre Chaucer: *Chaucer's World* de Edith Rickert e *Chaucer and His England* de G. G. Coulton. Ao contrário destes últimos, todavia, trata-se de um texto mais simples, destinado ao grande público, que, na Inglaterra, atualmente, interessa-se bastante pelo autor dos *Contos de Cantuária*. A adaptação desta obra, para o inglês moderno, de autoria de Nevill Coghill (Penguin Books), foi um dos grandes sucessos de vendagem em Londres, no ano passado.

O livro de Halliday não tem capítulos e, portanto, não tem também índice de conteúdo. O autor incluiu, entretanto, uma bibliografia restrita, uma cronologia, um pequeno glossário e notas relativas às ilustrações. Estas são o ponto forte do trabalho; dão-nos uma visão rica e variada da segunda metade do século XIV. Todo tipo de documentação plástica foi incluído: retratos de Chaucer pintados em manuscritos, selos das autoridades inglesas, os requintados túmulos da Abadia de Westminster, marfins franceses, afrescos e monumentos italianos, cerâmica da época de Eduardo III (1327-1377), etc. Reproduzidas em preto e branco, em papel de boa qualidade, essas ilustrações valem o preço do livro.

O autor parece ter pensado no estudante secundário dos países de língua inglesa quando redigiu o texto. Escrito em inglês bem simples e estruturado de maneira a informar, ao mesmo tempo, sobre a vida do poeta e o panorama de sua época, é, no nosso entender, a melhor introdução à vida e à obra de Geoffrey Chaucer. Ao citar trechos das obras de Chaucer, Halliday modernizou um pouco os textos. No prefácio, justificando esse procedimento, êle nos diz que procurou, com isso, tornar os versos fáceis de ler e evitar a impressão de exotismo e ingenuidade que a grafia do século XV (os manuscritos datam dessa época) poderia dar.

A existência de Chaucer nos é relatada desde a sua infância. Nas primeiras páginas, Halliday nos informa sobre a sua família e as ligações desta com a fabricação de calçados (Chaucer deriva de *chaucier*, sapateiro em francês medieval) e o comércio de vinhos. A despeito de sua origem, Chaucer deveria ligar-se a membros importantes da corte inglesa. Seu primeiro protetor foi o terceiro filho de Eduardo III, Lionel, duque de Clarence, que viria a morrer na Itália, em 1368, logo após o seu casamento com Violante Visconti. Mais tarde, Chaucer gozou da proteção de John of Gaunt, duque de Lancaster.

Comerciante, cortesão, diplomata, funcionário civil e poeta, Chaucer esteve em contacto com gente das várias camadas da sociedade inglesa e com importantes figuras das artes e da política de outros países, dentre as quais Eustache Deschamps, Bernabò Visconti, talvez Petrarca, etc. Essa riqueza de experiência e o conhecimento da literatura italiana o teriam feito evoluir da poesia convencional francesa para o realismo que caracteriza algumas das suas obras finais.

As obras importantes do poeta londrino — *The Book of the Duchess*, *The Legend of Good Women*, *Troilus and Criseyde*, *The House of Fame* e os *Contos de Cantuária* — aparecem sintetizadas no texto de Halliday. Além disso, o autor não negligencia o quadro histórico que produziu essa literatura: Wycliffe, a situação da Igreja e do Papado, as peregrinações, as convenções do amor cortês, o culto da margarida, etc. são temas que nos ajudam a recriar a época de Chaucer.

A despeito da enorme bibliografia chauceriana, o trabalho de Halliday não deve ser considerado como inútil. Graças à qualidade do texto, ele serve como introdução à obra de Chaucer e, tendo em vista a abundância do material iconográfico, interessa também ao especialista.

JÔNATAS BATISTA NETO

*

* *

MARTÍ (Samuel), *La Música Precortesiana*. México, Ediciones Euroamericanas, 1971, 75 p. e 34 ilust.

Afirmando que a música pré-cortesiana do México alcançou um desenvolvimento tão extraordinário quanto a arquitetura, a escultura, a cerâmica e a pintura da mesma época, o prof. Samuel Martí apresenta o seu pequeno trabalho como sendo uma síntese de duas de suas obras anteriores: *Instrumentos Musicales Precortesianos* e *Música Precolombina*.

Na verdade, trata-se de um catálogo bilingüe (espanhol e inglês) de instrumentos musicais anteriores ao “Conquistador” mexicano e de representações

plásticas de executantes. Algumas peças são muito antigas, remontando ao século V a. C., enquanto a maioria se situa na faixa que se estende do século VII d. C. ao século XV d. C. Pertencem a diversas culturas — Matlazinca, culturas ocidentais, culturas pré-clássicas, culturas do Gôlfo do México, cultura maia, méxica e do Vale do México — e fazem parte, na sua esmagadora maioria, da coleção do Museu Nacional de Antropologia da cidade do México.

O autor se limita a descrever as peças. Ocasionalmente, dá algumas informações adicionais relativas às notas e escalas produzidas pelos instrumentos. Dentre os diversos objetos, na sua maioria muito interessantes, alguns chamam particularmente a atenção, como, por exemplo, uma flauta em forma de perna, da coleção do *American Museum of Natural History* de Nova Iorque, e uma ocarina representando uma mãe amamentando seu filho, da coleção Stavenhagen. Aqui e ali, encontramos textos extraídos de fontes do século XVI (Mendieta, Motolinia, etc.) referentes à atividade musical das populações mexicanas. A qualidade das fotografias (de Irmgard Groth, Luis Quintero, etc.) é variável.

JÔNATAS BATISTA NETO

*

* *

CHRISTENSEN (Bodil) e MARTÍ (Samuel). — *Brujerías y Papel Precolombino*. Ediciones Euroamericanas, México, 1971, 88 p., 25 ilustr.

O trabalho está dividido em duas partes: a primeira, de autoria de Bodil Christensen, tem como título *Brujerías con Papel Indígena* e a segunda, de Samuel Martí, trata do *Papel Precolombino*. Ambas as partes são apresentadas em texto bilíngüe (espanhol e inglês) e as fotos são de autoria de B. Christensen. Há também mapas, desenhos pré-colombianos e duas páginas de pentagramas musicais.

Na primeira parte temos a descrição dos rituais de feitiçaria feitos com o papel indígena. Na isolada localidade de San Pablito, no coração da Sierra Madre Oriental, os indígenas perpetuam uma tradição que remonta aos tempos anteriores a Colombo. O autor relata como é preparado o papel, que se fabrica com a cortiça de determinadas árvores, quais são os diversos tipos de bonecos recortados e o que representam eles — as figuras descalças simbolizam as pessoas boas e as calçadas as más, por exemplo — e o ritual dos feiticeiros.

Na segunda parte, o prof. Samuel Martí trata especificamente da utilização do papel entre os povos pré-colombianos do México. Essas populações usavam o papel também nos adornos festivos e nas cerimônias religiosas; parte da indumentária dos sacerdotes era feita com papel. O *Códice Mendocino*, um dos livros em que se anotavam os tributos recebidos por Moctezuma II, registra

42 centros de fabricação de papel. De todos êsses centros, devidamente localizados pelo autor, apenas San Pablito sobreviveu.

O trabalho é, no conjunto, muito interessante, apesar de sucinto. Escrito em linguagem bastante acessível e ilustrado por fotos de qualidade variável mas retratando objetos e situações expressivos, é dirigido ao público não especializado. Todavia, os autores incluíram uma bibliografia de 41 títulos destinada àquêles que desejem aprofundar-se.

JÔNATAS BATISTA NETO

*

* *

VELARDE (José Fellmann). — *Historia de Bolivia (Los antecedentes de la bolivianidad)*. Editorial "Los Amigos del Libro", La Paz-Cochabamba, 1968, tomo I, 402 págs.

José Fellmann Velard, publicou, anteriormente, *Réquiem para una rebeldía e Los Imperios Andinos*, através das quais, adquiriu crédito como escritor conhecido, ao menos entre os leitores bolivianos. Somente agora lança o primeiro tomo de sua obra, prometida de longa data, depois de ter recuperado a coleção de documentos originais de sua propriedade, sua biblioteca particular e o seu fichário. Estavam perdidos em decorrência de sua militância política.

O presente tomo que ora resenhamos é constituído de uma introdução, quatro capítulos (*libros*), extensa bibliografia, alguns mapas e fotocópias de documentos.

Na introdução (p. 11 a 14), esclarece que um de seus propósitos é revisionista. Não considera a história da Bolívia, tão amarga e deprimente como surge em muitos trabalhos históricos. Para o mesmo uma obra histórica é científica quando: baseia-se em investigações originais, apresenta ordenação sistemática, os fatos são avaliados através de um método que evite a influência, o ânimo e capricho de quem a escreve, finalmente, acurada interpretação. Segundo o mesmo, emprega um método chamado integral: estabelece o ambiente geográfico e humano que dão perspectiva e profundidade ao econômico, social e cultural. Adverte que procura contribuir com *versiones* novas baseadas em fontes originais. Nem por isso, deixa de consultar obras históricas de outros autores. O Autor com capricho pessoal ufanista, conclui a introdução afirmando que o povo boliviano busca a liberdade e segurança econômica com *mas sangre, mas esfuerzo y más tenacidad que la maioria de otros pueblos...* (p. 14). Trata-se de afirmação incompatível com o próprio enunciado metodológico.

O primeiro capítulo (p. 15 a 66), dedicado aos Impérios Andinos (Aymara e Quéchuas), é síntese de sua obra anterior, publicada em 1961. As subdivisões em “épocas”: dos grandes cultivos, do bronze, dos Estados locais, etc. — quando muito ilustram teórico-didaticamente o capítulo, porém, perde quanto ao valor científico arqueológico. O Prof. Dick Edgar Ibarra Grasso, o qual não é desconhecido do Autor, em suas recentes publicações decorrentes de pesquisas arqueológicas em solo boliviano, demonstra a superação destas “épocas”.

O segundo capítulo (p. 67 a 94) é dedicado a Conquista. Queremos crer que, através do mesmo, o Autor não contribui com *versiones* novas. É uma síntese moldada à história política tradicional, apesar dos subtítulos chamativos. A clareza didática é um mérito, todavia abusa no emprego de certas expressões como: feudal, servo, burguesia industrial. É verdade que os teóricos continuam debatendo o problema do feudalismo na América. Mas, a quem se propõe aceitá-lo ou negá-lo deve especificá-lo em termos históricos concretos. Burguesia industrial no século XVI? O que significa? Nada, pois o Autor não apresenta uma caracterização precisa. Entendemos o seu propósito, em termos antropológicos, quando afirma que os conquistadores introduziram uma cultura *más robusta, pero no que fuera mejor* (p. 93) que a cultura dos conquistados. Porém, o que podemos entender por cultura *más robusta*? É mais uma passagem, na qual o Autor deixa a desejar. Para quem tem o propósito de sondar as raízes da *bolivianidad*, não seria atitude mais coerente admitir a coexistência de culturas? Não seria preferível evitar as expressões como: *muerte de la cultura, reemplazo de culturas*?

O terceiro capítulo (p. 95 a 243) que se refere ao período Colonial tri-secular, em seus múltiplos aspectos (político-cultural-social) é, sem dúvida, o mais importante, tanto em conteúdo como em coerência. Procura explicar o Alto Peru dentro de um contexto mais amplo. Ao aproximar-se o século XIX a atividade argentífera secular estava em plena decadência. Sobressaía-se a atividade agro-pastoril (p. 238) que, assim mesmo, não era de grande expressividade. As regiões que constituíam o chamado Alto Peru, já marcado pelas diversidades topográficas e climático-botânicas (que o Autor devia realçar), entravam em estagnação, se isolavam, ficavam como que desarticuladas, ilhadas. Em decorrência do elevado número de analfabetos, as idéias liberais, alcançavam ou eram alcançadas por uma minoria insignificante (p. 236). O analfabetismo, todavia, não era exclusividade do Alto Peru. Para os naturais, a luta política pela independência será mais uma insurreição como a de Tupaj Amaru, ou seja, nasce morta. O Autor excursiona pela história da expansão luso-brasileira, cometendo certos deslizes: para o mesmo os mamelucos eram mulatos e mestiços em sua maioria; os bandeirantes aprisionavam índios do *hinterland* para suas plantações de algodão (p. 202); os mamelucos bandeirantes descobriram ouro no Rio São Francisco; etc. No mesmo capítulo o Autor insinua uma análise (que desenvolve no próximo) teórica dualista fundamentada na deca-

dência econômica: *la división del Alto Perú en dos ámbitos culturais, económicos y étnicos diferentes: el país urbano y el país rural* (p. 234). Em termos teóricos, esta é a maior contribuição da obra. Como todas as elaborações teóricas, esta também pode ser contestada, principalmente pela ausência de uma caracterização precisa.

O quarto e último capítulo (p. 245 a 385) é sobre o processo da independência política e a implantação da república boliviana. Apesar da penetração econômica inglesa, em termos políticos foi a França que contribuiu para a derrota da Espanha na América. O vácuo do poder contribuiu para a subversão do mundo colonial espanhol. Pela situação geográfica e formação histórica, soprava sobre o Alto Peru várias correntes: liberais, que o Autor procura subdividi-las em moderados e jacobinos, ou seja, radicais; realistas; absolutistas limenhos; “juntistas” portenhos; etc. Em 1809 com os jacobinos *paceños* nascia o conceito de Alto Peru como pátria (p. 326). O Autor mescla a estas correntes: os grandes caudilhos e os pequenos. Os primeiros como produto do país urbano com visão mais ampla. Os pequenos caudilhos eram produto do país rural, dispunham de visão parcial, dispunham de um desejo, qual seja, a ocupação de terras e não a disputa pelo poder nos centros urbanos. Comprometeram e modificaram a estratégia da luta (p. 339).

A esta visão dicotômica e fracionamento de forças que prolonga a luta e a submete a um esquema confuso, o Autor acrescenta os guerrilheiros. Para o mesmo a guerrilha é um fenômeno do país rural, todavia, apresenta várias categorias de guerrilheiros: os caudilhos camponese (p. 333) descompromissados com os portenhos (p. 326) ao menos em certos momentos, foram atraídos para a luta desejando a posse da terra que estava nas mãos dos latifundiários crioulos e realistas; o outro grupo de guerrilheiros era representado pelos oficiais portenhos (p. 325). Houve momento que o país rural permanecia de pé (p. 312) enquanto o país urbano abandonava a luta (p. 319 e segs.). O objetivo emancipador sendo sustentado pelo país rural contribuiu para aprofundar o valo que separava este do país urbano (p. 327). Marchas e contra marchas, vitórias e frustrações para as forças fracionadas. Os guerrilheiros chegaram a ser derrotados pelas forças realistas.

O capítulo é minucioso em detalhes sobre certos personagens que se destacaram no movimento emancipador: Pedro Domingo Murillo, mineiro, comerciante advogado, precursor revolucionário, chefe da *revolución paceña* de 1809; Juan José Castelli, liberal jacobino que precedia de Buenos Aires, em Tiwanacu proclamou perante as massas camponesas que a terra devia ser devolvida aos seus antigos e legítimos proprietários (p. 299); Juan Manuel Caceres; Belgrano; etc..

A cuidadosa leitura de uma nova obra não invalida a idéia de compará-la com as outras já existentes e conhecidas tendo de comum a mesma temática.

Há varias Histórias Gerais da Bolívia, cujos autores sintetizaram apressadamente fatos compreendidos entre os séculos XVI a XX. No presente tomo, Velarde não rompe com tal tradição. Apesar do propósito metodológico (método integral), embora insista nos problemas sociais, que é um mérito em relação aos obras anteriores, mal toca nos problemas econômicos. Portanto, o seu trabalho se enquadra na história política tradicional, paralelo às demais histórias gerais. Esta, contudo, acima dos manuais de história destinados ao ensino secundário. O esforço teorizante, a concepção dualista (país urbano e país rural) permite situa-la em plano superior. Esta superioridade, todavia, está comprometida por certos descuidos técnicos: ausencia de notas de rodapé, bibliografia final com indicações incompletas, não distingue obras gerais de monografias, artigos de revistas, jornais; menciona Arquivos sem especificar os documentos consultados, etc.. A pretensão de historiar apressadamente séculos de história deverá ceder lugar às monografias de espaços cronológicos breves, para que somadas e revistas, possam ser elaboradas Histórias Gerais da Bolívia atentas, por exemplo, a um método integral. A Editora *Los Amigos del Libro* através de seus diretores, Hector Cossio Salinas e Werner Guttentag Tichauer, conciente destas limitações se prepara para lançar uma coleção histórica conhecida por "Enciclopédia Boliviana" cujos tomos irão corresponder a monografias elaboradas, individualmente, por especialistas bolivianos. É de se esperar que a indicação bibliográfica satisfaça os requisitos mínimos normais da técnica internacional.

JACIRO CAMPANTE PATRÍCIO

*

* *

QUIROGA (Eduardo Arze). — *Historia de Bolivia. Fases del proceso hispano-americano: origenes de la sociedad boliviana en el siglo XVI*. Editorial "Los Amigos del Libro", La Paz-Cochabamba, 1969, 468 págs.

A Editôra boliviana *Los Amigos del Libro* vem cumprindo importante missão cultural, qual seja, enriquecer com novas obras a Coleção *Bolivia Ayer y Hoy*, dirigida por Héctor Cossio Salinas e Werner Guttentag, subdividida em quatro séries. A obra que vamos resenhar corresponde à quinta publicação da série História.

O autor, Eduardo Arze Quiroga, é natural de Cochabamba, ex-professor de Economia Política na Universidade de San Simón, ex-diplomata, ex-ministro. Atualmente, radicado em Buenos Aires, dedica-se à pesquisa histórica.

A referida obra é constituída de um prólogo de Raúl de Labougle, membro da Academia Nacional de História de Buenos Aires, prefácio do próprio autor, dezenove capítulos e conclusão. Há reprodução de mapas, quadros de personagens e quadros estatísticos.

Todas as vezes que se incorporam novos dados pesquisados ao acervo bibliográfico existente, devemos examinar a coerência e a importância destes novos dados em termos do que até então é tido como válido e conhecido.

A bibliografia histórica boliviana reflete um excessivo “uso e abuso” na utilização das crônicas procedentes do pujante passado colonial. É quase desnecessário lembrar a importância e limitações contidas numa crônica em decorrência do andarilhar compromissado ou descompromissado de seu autor. Contudo, há crônicas, como aquela de Bartolomé Arzans de Orsúa y Vela, *Historia de la Villa Imperial de Potosí* que embora escrita no início do século XVIII é tão rica em informações factuais, recolhidas de crônicas anteriores, outras acrescentadas por Ursúa com tal coerência que constitui fonte tentadora aos antigos e novos pesquisadores bolivianos e de outras nacionalidades. Merece ser lida, apesar de certas passagens picarescas que pontilham aqui ou ali.

Arze Quiroga em seu trabalho rompe com os cronistas?

Não. É mais um trabalho que valoriza as crônicas como fonte de reconstrução do passado colonial boliviano. Aliás, na parte dedicada a historiografia sobre Charcas (p. 70 a 86) sobressaem-se 31 crônicas entre 7 coleções de documentos e 5 indicações bibliográficas acrescidas de outras tantas ao longo dos capítulos. Há um aspecto importante que deve ser ressaltado: submete algumas das crônicas mencionadas a uma revisão crítica e alguns dados sobre a procedência dos cronistas. O valor da obra seria de maior alcance se houvesse lido e apreciado criticamente todas as crônicas mencionadas. Outro aspecto positivo: manipulou algumas crônicas com critério revisionista, ou seja, contrapôs a informação de um cronista, por exemplo, do Prata, com informações de um outro de Charcas, ou, então, com fatos extraídos de documentos. Terceiro aspecto positivo: através das crônicas, oferece dados novos, sobretudo demográficos e de produção argentífera, até então omitidos em trabalhos anteriores escudados nas mesmas. Ao longo do trabalho, os cronistas indicados com maior frequência são: Oviedo, Herrera, Ursúa y Vela e Diego Hernandez. Correspondência e a obra de Juan de Matienzo, *Gobierno del Perú*, são citadas várias vezes não só para comunicar fatos; houve o propósito evidente de por em destaque sua personalidade, pensamento e ação na organização institucional do vice-reinado-peruano e particularmente na Real Audiencia de Charcas com sede em La Plata (Sucre atual). Procedeu com idêntico propósito na consulta da obra de Polo de Ondegardo. Em resumo, Quiroga, ao utilizar os cronistas, não rompe com a historiografia boliviana tradicional. Sem se colocar em nova perspectiva, consegue, contudo, comunicar alguns fatos novos. Isto evidencia mais uma vez a importância das crônicas coloniais.

Há uma prévia condição para se refazer, revisar e reconstruir a História da Bolívia: levantar e selecionar com rigor sistemático os documentos existen-

tes nos arquivos históricos bolivianos e estrangeiros. Seria muito importante também o amparo de uma instituição interamericana ou internacional na publicação dos referidos documentos. A OEA poderia patrocinar a publicação das escrituras públicas de Potosí, dada a transcendência que aquela cidade teve na fase colonial. Quando se preocupa com a integração da América Latina, não se pode ignorar o esboço integrador do "complexo potosino". A verdade é que, Gunnar Mendoza, Armando Alba, Mario Chacón Torres, Humberto Vazquez Machicado e outros pesquisadores bolivianos são unânimes no reconhecer, através de suas publicações, aquele requisito prévio.

Eduardo Arze Quiroga procedeu deste modo na elaboração de sua obra? Gostaríamos de responder que sim, contudo, sua contribuição é apenas parcial, senão omissa. Esteve voltado sobretudo para a documentação impressa ou manuscrita existente nos arquivos históricos da Argentina e Espanha com dois propósitos: extrair dados para sua obra e, através desta, divulgar algumas coleções de documentos com informações sobre o passado colonial boliviano. Senão vejamos: a). — *Colección Muñoz*, existente na Biblioteca da Academia de História de Madrid e *Colección Bentito Mata Linares*, existente na mesma biblioteca — houve o propósito de, simplesmente, divulga-las através de seu trabalho; b). — *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas*, etc. — à p. 382, comunica alguns fatos extraídos da mesma; c). — *Colección del Padre Pastells*, existente no arquivo particular dos jesuítas em Madrid, informa que há 23 tomos referentes a Audiência de Charcas que ainda não foram publicados, — às págs. 376 e 378 indica e transcreve alguns fatos; d). — *Colección de copias y documentos del Archivo General de Indias de Gaspar García Viñas*, a mesma se encontra na "sala de Reservados" da Biblioteca Nacional de Buenos Aires, 117 volumes — não sabemos se em manuscritos ou impressos —, ao longo do trabalho, entre as págs. 188 a 377 indica doze documentos e respectivos números extraídos da coleção indicada; e). — *Colección de documentos históricos y geográficos relativos a la colonización rioplatense. Memorias y relaciones históricas y geográficas*, publicada sob a direção de José Torre Revelo, E. Peuser, Buenos Aires, 1941, — às págs. 4, 24, 29, 29 a 35, 95 a 100 desta coleção extraiu alguns fatos importantes; f). — *La Audiencia de Charcas*, coleção de documentos publicados sob a direção de Roberto Levillier, Madrid, 1918-1922, 3 tomos, que constitui, sem dúvida, a fonte de documentos mais utilizado pelo Autor ao longo de seu trabalho; g). — *Gobnantes del Perú, Cartas y Papeles, siglo XVI*, publicados sob a direção de R. Levillier, 14 tomos, consultados com menor frequência que a coleção anterior. Mais algumas coleções de documentos que são mencionadas no índice bibliográfico (p. 457 a 465), contudo, no corpo do trabalho não há sequer uma referência sobre as mesmas. Foram utilizadas? Ao nosso ver apenas ilustram o índice sem ilustrar a obra. Todavia há um mérito: sem romper com os cronistas, fez uso de documentos coletados e publicados por Roberto Levillier a mais de três décadas que, apesar de importantes, vinham sen-

do mal explorados pelos pesquisadores bolivianos. Mas, por outro lado, se houve, realmente, o propósito de levantar coleções de documentos existentes em arquivos estrangeiros, o objetivo não foi alcançado. No que toca à documentação existente nos arquivos espanhóis, por exemplo, não poderia ter omitido os documentos referentes a Potosí existentes no Archivo de Indias em Sevilha, pois, sobre os quais há um “Catálogo” elaborado por José Vazquez Machicado e publicado em Potosí no ano de 1964.

A omissão se torna mais grave ainda quando o Autor não pesquisa e não menciona em sua obra os arquivos históricos de sua pátria. Porque mencionar coleções de documentos existentes em arquivos estrangeiros e omitir documentos catalogados e em condições de pesquisa existentes nos arquivos bolivianos? Aliás, o Autor faz uma menção às escrituras públicas de Cochabamba, dizendo que o arquivo notarial foi franqueado ao público (p. 194). Ora, conhecemos o arquivo notarial de Cochabamba, por isso, queremos crer, foi infeliz na informação: os *legajos* sobre escrituras públicas de Cochabamba não estão sequer catalogados ou fichados, enquanto que as de Sucre e Potosí já estão.

O fato do Autor não viver em sua pátria não justifica a omissão por várias razões: a). — pelo objetivo da obra, ou seja, historiar as origens da sociedade boliviana — para todas as subdivisões da mesma, teria encontrado nos arquivos de Potosí e Sucre documentos inéditos que teriam dado maior projeção ao trabalho; b). — pelo propósito de dar a conhecer a existência de fontes; c). — provar a viabilidade de escrever a história pátria fazendo uso da documentação existentes nos arquivos bolivianos; d). — provar aos pesquisadores que ignoram: o Arquivo Nacional de Sucre e o Arquivo da Casa Nacional da Moeda de Potosí estão organizados, os documentos catalogados, portanto, oferecem condições de pesquisa.

Quanto a bibliografia utilizada, ao longo do trabalho, é rica e diversificada, abrange autores europeus e americanos. São citados com mais frequência: Haring, Hamilton, Ernesto Samhaber, Rafael Loredó, Céspedes del Castillo, Levillier, León M. Losa, Valentin Abecia e J. M. Urquidí. Percebe-se a menção de poucos bolivianos. Há no índice bibliográfico final citações de livros e artigos que não aparecem no corpo do trabalho.

Vamos ao principal objetivo da obra. O propósito nacionalista se encontra no subtítulo da mesma: origens da sociedade boliviana no século XVI. Descarta o conceito tradicional de sociedade boliviana como decorrência do conceito formal “Nação-Estado”. É válido o seu propósito de retroceder o processo inicial da nacionalidade boliviana de 1825 para 1535. Muito mais válido ainda quando procura relacionar as origens da sociedade boliviana com um fator econômico, ou seja, a extração e indústria argentífera. Ao nosso ver este é um fator da história de “longa duração”. Do mesmo modo é louvável a inclusão de outros fatores como o *reparto* da população nativa, as primeiras encomiendas, a mão-

-de-obra mitaya, a organização institucional-político-administrativa da Audiencia de Charcas e a organização eclesiástica da mesma. Do mesmo modo que Guillermo Ovando-Sanz, esclarece e prova que nunca se conheceu o território da Bolívia por Alto-Peru ao menos na fase colonial. Outro aspecto positivo está no empenho do Autor de provar que a Bolívia não teve formação histórica distinta, como afirmaram alguns historiadores da escola romântica que “balcanizaram” a fase colonial com o propósito de justificar as fronteiras nacionais do século XIX. De fato, a América Espanhola, na fase colonial se caracterizou muito mais pela intercomunicação regional que pela fragmentação ou comportamento estanque, se comportou muito mais como um sistema de “vasos comunicantes”. Procuraremos comprovar esta articulação através de nosso trabalho sobre o “complexo potosino”. Houve um certo impulso direcional, ou melhor, multidirecional: a área andina querendo romper para o Atlântico e vice-versa. Acharmos válida a afirmação do autor: “la historia del siglo XVI de Bolivia es la historia del Rio de la Plata” (p. 67).

É verdade que dedicou um capítulo à conquista espiritual do território de Charcas (p. 371 a 380), todavia, não devia omitir a cultura, sobretudo a arquitetura, escultura e pintura. José de Mesa, Teresa Gisbert e Mario Chacón Torres são especialista neste campo. Os três vem publicando trabalhos originais.

Em linhas gerais, a obra do Autor, é válida, apesar de excursionar na histórica econômica, a mesma se enquadra na história política e não social. Percebemos o seu propósito de elucidar as “entradas” interioranas, de situar Nuflo de Chaves no panteão ao lado de outros grandes conquistadores. Oxalá que este trabalho desperte a elaboração de várias monografias que propiciem o conhecimento do século XVI boliviano em seus múltiplos aspectos.

O prefácio não constitui síntese feliz. Aliás, ao nosso ver, trata-se de introdução e não prefácio. A conclusão em termos metodológicos é válida, procurar focar o presente para esclarecer o passado. Através dela o Autor rompe com a história tradicional que situa os fatos sobre os trilhos cronológicos. É um livro que merece ser lido. É pena que lhe falte maior rigor na citação bibliográfica, nas notas de rodapé. É pena que ao excursionar na história do Brasil cometa certos deslizes.

JACIRO CAMPANTE PATRÍCIO

*

* *

MOTA (Carlos Guilherme). — *Atitudes de inovação no Brasil (1789-1801)*. Lisboa. Livros Horizonte. 1970. Apresentação de Victorino de Magalhães Godinho.

O presente trabalho constitui a tese de mestrado apresentada pelo Autor em 1967, na Universidade de São Paulo, com o título de *Idéia de Revolução no Brasil no Final do Século XVIII: Contribuição ao Estudo das Formas de Pensamento na Colônia*.

A partir do período crítico do final do século XVIII, tomado aqui como ponto de inflexão dentro de um momento histórico que ganharia sentido através da noção de “Revolução Atlântica”, (não aceita integralmente na obra em apreço) o Autor mostra como as estruturas econômicas e sociais permeavam as imagens construídas no universo mental de então. Nessa perspectiva, propõe-se à luz de uma postura metodológica renovadora o reexame de uma documentação *não inédita*. Abandona-se o procedimento esquemático e simplista, seja através do “didatismo”, ilusório, onde as instâncias são vistas separadas, umas às outras, seja através da relativização das “generalizações”. Ao contrário, o estreito relacionamento entre os níveis (político, social, econômico, mental, etc.) se inscreve como fundamento básico de um estudo histórico das formas de pensamento. A objetivação do homem sobre a realidade se realiza com a linguagem, com o fazer e, por isso, mesmo à medida que a objetivação surge com a ação dos homens, ela lhe é indissociável. Efetivamente, não se refere aqui ao homem enquanto tal, mas ao homem histórico concreto. Nesse sentido, os contornos e matizes específicos da situação do Brasil, ao final do século XVIII, foram amplamente enfatizados pelo Autor não apenas quanto às diferenciações regionais que assumiram as tentativas de movimentos revolucionários (expressas nas “inconfidências”), mas também e principalmente quanto a dimensão *colonial*, categoria inclusiva em função da qual todas as articulações se estabelecem:

Na segunda metade do século XVIII, a economia européia teve seu centro dinâmico deslocado da Península Ibérica para a Inglaterra. Tal reequacionamento no sistema colonial manifestou-se de forma decisiva nos subsistemas sendo que alguns (como o caso luso-brasileiro) já apresentavam traços marcantes de lenta desintegração a partir da configuração de um mercado de concorrência nas Antilhas, em meados do século XVII. O predomínio inglês se instaurou em Portugal por meio da comercialização estagnando a indústria local e obtendo tarifas preferenciais de comércio. Seus horizontes de interferência atingem igualmente o Brasil, onde operou no sentido de promover-lhe a emancipação política, mantendo-o, assim, como mercado reintegrado à nova dinâmica.

Do ponto de vista interno, os marcos mais preeminentes desse processo estão na reestruturação da sociedade brasileira, tanto no âmbito quantitativo (aumento demográfico), quanto na esfera qualitativa (com a diversificação na estrutura social e consequente ruptura no equilíbrio dualista — senhores e escravos — da antiga organização social em moldes escravistas). Uma diversificação nestes níveis teve tríplice implicação: permitiu o aparecimento de camadas que depois

de constituíram nos suportes de um tipo de comportamento que se define como desajustado, nos marcos de uma “mentalidade oficial”; deu lugar a um afrouxamento nas relações de dependência, o que implicou numa maior mobilidade social, não apenas em relação ao espaço geográfico, mas em relação também à própria estrutura social. A participação dos imigrantes europeus foi decisiva nestas mudanças.

A crise no antigo subsistema colonial português é percebida no instante em que se projetou, dentro do universo mental, a consciência de que se estava atravessando uma etapa crítica, ou seja, um momento de ruptura nos três componentes básicos do Antigo Regime: colonialismo, absolutismo e mercantilismo. A tomada de consciência desta situação de crise não era vislumbrada tão somente nos limites do subsistema em pauta, mas incluía também os quadros do sistema colonial, encarado como entidade abrangente.

Passo a passo, a análise se abre para a problematização. Percebe-se que não há indiferenciação no nível das idéias revolucionárias, o que implica seguramente na constatação de que inexistiu coesão no nível dos agentes. Desta forma, as variantes regionais imprimiram matrizes *específicas* à idéia de revolução, a qual brotou em flagrante oposição à mentalidade colonizadora, até então vigente. Nessa medida adquire particular expressividade a *noção de propriedade*, invariavelmente projetada no universo mental, de modo explícito ou implícito. Se o subsistema em crise tinha na propriedade um dos seus elementos fundamentais, havia sem dúvida uma simetria entre o desenvolvimento da colonização e o fortalecimento da propriedade. A contradição se estabelece, entretanto quando se nota que o fortalecimento da propriedade, gerando situações de privilégio, acarretaria decididamente na posição através de comportamentos discordantes deste particularismo. Foi o que se verificou, por exemplo, com o *sentimento de pátria* emergente nos quadros da época. Definido pela ótica colonizadora, foi caracterizado como *subversivo* pois que era nitidamente anti-colonialista. A partir disso, é possível também compreender os movimentos revolucionários, a exemplo do que mostra o Autor, graças ao estudo do comportamento anti-revolucionário, representado aqui da forma mais ou menos unívoca pelas Devassas, pelo direito, pelos setores burocráticos e militares e pelos demais setores informados pela perspectiva do colonizador. A propriedade, razão do subsistema, enquanto o promovia, acelerava sua desintegração.

A vinculação da análise à propriedade recoloca o problema dos modelos. Em Minas Gerais, o movimento esteve liderado por proprietários (como o Padre Carlos Corrêa de Toledo) ou por elementos ideologicamente a eles comprometidos (como Tiradentes), transparecendo em ambas atitudes “classistas” e valorizadoras da propriedade. Assim sendo, o desajuste é muito mais enfaticamente colonial do que social o que explica a repercussão aí alcançada pelo modelo norte-americano. Na Bahia, ao contrário, eram os pequenos artesãos, os militares

hieràrquicamente inferiorizados e os ex-proprietários que lideravam o processo revolucionário. Mesmo que afluísse ainda um comportamento preconceituoso entre eles (como no caso de Lucas Dantas), distinguiam-se por atitudes anti-religiosas e anti-proprietárias (como em Manuel de Santa Ana), a despeito mesmo de entre eles estar um Cipriano Barata, elemento apegado à propriedade. O movimento, embora não deixasse de postular uma rejeição à situação colonial, mostrava implicações marcantes de ordem social. Daí o fato de terem se inclinado muito mais para um modelo francês.

Entre as formas de pensamento intermediárias é expressiva a figura de Luis dos Santos Vilhena, que embora percebesse com rara sensibilidade os problemas econômicos e sociais de sua época, deixava transparecer, no nível político, que as respostas por ele propostas eram formuladas alienadamente, desembocando num reformismo ilustrado.

Por fim, impõem-se observação colateral. Se o uso do conceito de “Revolução Atlântica” (Godechot) comporta larga dosagem polêmica, é expressiva a matização estabelecida pelo Autor, através da qual é possível perceber as insuficiências do referido conceito, a partir da caracterização da assimetria, expressa no subsistema em suas relações centro-periferia, dimensionando as “inconfidências” como manifestações típicas de desajuste social em relação a uma situação colonial.

PAULO DE SALLES OLIVEIRA

*

* *

RIOUX (Jean Pierre). — *La révolution industrielle: 1780-1880*, Paris, Editions du Seuil, 1971.

O livro de Jean Pierre Rioux, sobre a revolução industrial, vem enriquecer ainda mais a historiografia contemporânea sobre o assunto. Procura dar uma nova visão histórica sobre a época que marcou o advento das indústrias e operários, com suas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Dentro de seu pensamento contemporâneo, aborda o assunto a partir de uma interpretação relativista, apresentando uma revisão histórica sobre a revolução industrial.

Da mesma forma que o marxismo não se justificou como um modelo para todas as sociedades (como pretendia Marx), mas sim como uma apresentação de princípios básicos que poderiam ser adaptados, segundo as realidades de cada país, o autor em questão procurou refazer o conceito de revolução industrial.

As transformações descritas como revolução industrial têm sido estudadas tradicionalmente pelos historiadores, em geral sob o ângulo do tecnicismo ou mesmo econômico, apresentadas em etapas, como se houvesse uma, duas ou mais revoluções industriais.

Do mesmo modo procuram generalizar esse movimento originário na Inglaterra no século XVIII para outros países em desenvolvimento industrial em épocas posteriores ou ainda, apresentam-no como fase de ruptura entre os tempos modernos e o nosso mundo atual.

Rioux procurou desenvolver o seu trabalho a partir de uma revisão mais ampla dessas transformações, que tiveram suas raízes em períodos anteriores e que envolveram modificações no meio rural até a formação do capitalismo; constituindo-se assim, numa etapa de transição entre um estado pré-capitalista e uma fase com características fundamentais do capitalismo.

Dentro dessa visão global da História, o autor tirou a sua hipótese de trabalho, limitando-se no tempo: 1780-1880 e no espaço: França e Inglaterra. Procurou dar uma interpretação histórica sobre as transformações ocorridas nesses dois países, válidas para a explicação de algumas realidades do século XIX e mesmo do XX, quer de países desenvolvidos atingidos diretamente pela revolução industrial, quer de países em desenvolvimento ou sub-desenvolvidos, vítimas dos reflexos da evolução desse movimento.

O autor limitou sua hipótese de trabalho ao período de 1780 a 1880, pelo fato de grande parte dos países que viveram a revolução industrial apresentarem as condições de início e desenvolvimento, em especial a Inglaterra. Essa situação também se insere dentro da expansão do capitalismo liberal, que se adapta a cada realidade nacional, e que no século XIX repercute na América e demais países sub-desenvolvidos, em forma de exploração colonial.

Assim é que não se pode apresentar modelos de crescimento para os países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento, seja em épocas posteriores, quando as realidades históricas são diferentes, ou mesmo no período em que se iniciou e se desenvolveu essas transformações, pois êsses países se constituíram em fonte de energia para a própria revolução industrial.

De modo que, só é possível entender a revolução industrial, como parte de um processo histórico, que envolveu em determinado período (século XIX), todo o mundo conhecido. Outrossim, a partir de uma análise desse contexto é que se pode entender as crises econômicas, frutos do crescimento da revolução industrial através do processo de estagnação ou de conflitos internacionais. A abordagem do tema se faz, portanto, no sentido mais amplo da palavra, como os fatores econômicos e as forças produtivas e o espírito criativo progressista dos homens, adaptável às várias realidades, dentro de uma visão de continuidade.

É dentro dessa linha que Jean Pierre desenvolve o seu trabalho, apresentado em seis capítulos, enriquecido com ilustrações em quadros estatísticos, que nos permite tirar conclusões claras sobre as transformações agrícolas, aumento demográfico, relações comerciais, progressos técnicos, aparecimento do proletariado bem como a eclosão das crises e o triunfo da burguesia.

Numa primeira parte verificamos a apresentação das características gerais das economias antigas a partir da metade do século XVIII, especificamente da Inglaterra e França.

O grande aumento de população assim como a revolução agrícola em todas as suas manifestações são explicadas como elementos importantes para o crescimento progressivo da indústria, mas não como causa primordial do seu início.

As fontes para a acumulação de capitais, a relação entre os preços e os salários também são fatores mais importantes para o crescimento da indústria do que para o seu início, aparecendo ainda ao lado da máquina propulsora da revolução industrial, ou seja, o comércio interno e exterior de um país.

Em sua interpretação ampla sobre o início e crescimento da revolução industrial, Rioux não se esquece do problema da mentalidade, considerando principalmente, que o movimento se identifica de início com os países em que o número de analfabetos diminui consideravelmente. Mais do que isso, para a formação de uma classe de empresários é necessário uma mudança de mentalidade em relação à riqueza, e que considere seu controle, o seu lucro e o seu valor. Mas essa nova mentalidade depende em grande parte de um contexto político, que contribuirá ou não para a superação das mentalidades antigas. Como exemplo, verificamos o nacionalismo, em que a aspiração à unidade nacional traduz por assim dizer as exigências econômicas de um mercado interno e externo coerente.

Através dessas idéias, verificamos posteriormente uma comparação entre a França e Inglaterra, em que se procurou mostrar como a idéia de início da revolução industrial é uma noção relativa, variando de país para país.

O autor trata também do problema das técnicas e das circulações novas, em que a caracterização da revolução industrial sobre o plano técnico não se faz através das máquinas, mas sim pelo processo do maquinismo, que possibilita o aumento da produção, lucros maiores e constantes, exploração racional da divisão do trabalho e a compensação da falta de mão-de-obra. Outrossim, a máquina a vapor, as estradas de ferro e as novas técnicas permitem acelerar o processo de industrialização, antes limitado, bem como dominar um mercado em âmbito mundial.

Uma vez explicado os problemas relativos ao início e ao crescimento da revolução industrial, o autor procura analisar as novas condições criadas, ne-

cessárias ao seu desenvolvimento, mas que agravarão as desigualdades econômicas do mundo, proporcionando assim, as crises periódicas. Esses fatores novos aparecem justamente com o desenvolvimento de um capitalismo adaptado aos mercados nacionais e internacionais, onde se verifica a concorrência entre os países industriais.

Os grandes setores em que se desenvolve a indústria, são bem focalizados, como o algodoeiro, que fixa a transição essencial entre o capitalismo agrário e comercial e o capitalismo industrial de nossa época.

Ao lado disso são explicadas as circunstâncias em que se desenvolveu a revolução industrial, em vários países, procurando distinguir as filiações e as originalidades de suas evoluções, bem como a reação de alguns países ante uma possível dependência econômica, procurando lançarem-se também no processo de industrialização, principalmente em fins do século XIX.

Assim é que a era da revolução industrial se apresenta sob uma dominação rígida das primeiras nações industrializadas sobre o resto do mundo, em várias formas, como colonialismo, imperialismo, expansionismo, ou seja, a exploração do mundo em proveito dos países industrializados. Através desse desenvolvimento e suas manifestações, explica-se a eclosão das crises condicionadas a certos mecanismos, como o desnível da produção e do lucro, ou entre os preços e os salários. Verificamos uma exemplificação das crises que eclodiram desde a revolução francesa em 1789 até 1873, quando vários países foram atingidos. Após 1873 não há mais revolução industrial, sem a participação das quatro grandes potências: Estados Unidos, França, Alemanha e Grã-Bretanha.

Ainda, segundo Rioux, não é possível desenvolvimento, dominações e novos lucros, sem uma profunda reconstrução da sociedade, apoiada sobre uma exploração racionalizada do trabalho de todos aqueles que não possuem os meios de produção moderna. Assim é que as agitações sociais são organicamente ligadas à revolução industrial, pois da mesma forma que as máquinas e os produtos, as sociedades e os homens também mudam. Dessa forma se explica esta grande transformação, que caracteriza o mundo social contemporâneo, através dos países industriais.

O progresso urbano tem o seu grande desenvolvimento ligado à indústria moderna. Mas nessa ordem, os homens são mais lentos que os capitais e as técnicas, pois inegavelmente, só tomarão consciência de sua nova condição pelo contacto cotidiano e pela luta, sacrificando enquanto isso, toda uma geração.

É essa a situação que se impõe ao mundo operário que aparece. Pois, para manter o desenvolvimento, todos os fatores de produção são empregados com recursos amplos, em que o investimento necessário não pode se deter em de-

trimento do consumo. Para assegurar o destino do lucro e da industrialização, o capitalismo não pode jogar com dois termos, e em função disso, concede deliberadamente o privilégio ao investimento sobre o consumo.

Os operários, levando uma vida completamente desarticulada em família, apoiando-se em sua própria miséria, identificam-se num mesmo tipo de vida e de pensamento, acabando por se organizar em uma força perigosa para a sociedade burguesa. Uma vez rejeitados nessa sociedade, eles constroem uma sociedade em contraposição. Livres em grande parte, das vãs esperanças de participação numa vida política, cujos mecanismos são controlados pelos seus possuidores, eles procuram construir por si mesmos, o seu futuro. De modo que a revolução industrial termina, muitas vezes, onde o movimento operário, qualquer que seja, é capaz de julgar e de combater a nova sociedade que ela mesma criou.

Numa última consideração, Rioux reservou uma parte de seu trabalho, para o triunfo da burguesia, colocando de início o problema da população rural, sacrificada e rejeitada no desenvolvimento industrial. A única saída que se lhe apresenta é o êxodo rural, em que o poder atrativo da cidade contribui ainda mais para desestimular a sua tomada de consciência. Ao seu lado aparece uma terceira classe, conhecida como média ou pequena burguesia, compreendendo as novas camadas como comerciantes, administradores, advogados, médicos, professores, técnicos e que não se coloca diretamente em contacto com o trabalho produtivo, não possui o controle dos meios de produção, satisfazendo-se de bom grado às necessidades do desenvolvimento e da complexidade da vida dos empreendimentos particulares ou públicos.

Finalmente verificamos a evolução da burguesia desde as suas origens. Esta burguesia bancária e industrial que por assim dizer cria e controla os meios de produção, fortalecendo-se ainda mais através da exploração do trabalho social. Ela, que provocou com ousadia a revolução industrial, recebe os seus lucros.

De modo que a burguesia mantém o poder econômico em suas mãos, possuindo os meios de produção e estendendo também esse poder ao domínio político, com a aparência duas vezes reforçada.

Portanto, Jean Pierre Rioux desenvolve a sua pesquisa, procurando solucionar a sua hipótese de trabalho, em que realmente a revolução industrial não se desenvolveu sob um modelo pré-estabelecido, com excessão do inglês, e que a universalidade do lucro não foi absorvida pelas originalidades nacionais. Assim, o conceito de modelo não se aplica em economia, e muitos menos em História, mas que não deixa de ser um ensinamento útil para o nosso mundo atual, uma vez que o assunto estudado compreende uma fase de transição de um processo que se iniciou num período pré-capitalista, até o estabelecimento do capitalismo com todos os seus fundamentos e implicações.

*

* *

ANNALES DE DÉMOGRAPHIE HISTORIQUE, 1970. *Migrations*. Paris, Mouton, 1971, 526 p.

A *Société de Démographie Historique*, criada em 1962, vem, sistematicamente, publicando, a partir de 1964, seus *Annales de Démographie Historique*. Este veículo tem divulgado as mais recentes experimentações de métodos, de técnicas, de utilização de séries documentais de natureza variada, sendo ainda um insubstituível meio de informação dos lançamentos da mais avançada literatura de Demografia Histórica e do noticiário internacional de encontros científicos, e, de outras informações mais, que interessam aos especialistas.

O último número que ora recenseamos é dedicado inteiramente ao estudo das Migrações espaciais históricas, abordadas em seus aspectos teóricos, metodológicos, de possibilidades das fontes diversas, e de estudos monográficos empíricos, em andamento ou já concluídos e para diversas regiões, durante os séculos XVI ao XVIII. Uma pleiade de eminentes demógrafos historiadores de toda a Europa colaboram neste número.

A análise do importante fenômeno das migrações humanas tem sido o capítulo dos mais árduos dentro da Demografia. As dificuldades de seu estudo começam pelos dados de base mesmos, e terminam pela incipiência na *mise-au-point* de uma metodologia satisfatória para sua determinação, passando pelos problemas, ainda não universalmente aceitos, de conceituação e de classificação do fenômeno da migração. Dai a razão do atraso relativo dos estudos deste importante setor da Demografia se se tiver em conta as revoluções metodológicas operadas nos demais fenômenos da dinâmica demográfica, como são a mortalidade, a fecundidade e a nupcialidade.

Sendo êstes os problemas que se colocam para o estudo dos movimentos espaciais da população atual, é fácil supor que os mesmos se complicam ainda mais quando se pretende determiná-los para o passado.

Exatamente porisso, a preocupação da *Société de Démographie Historique*, em reunir em um só volume a discussão da metodologia, da classificação, das possibilidades abertas pelas variadas fontes históricas, da publicação de monografias que apresentam para populações diversas, é de atualíssima utilidade.

Em síntese, podemos classificar os trabalhos que compõem os ADH, 1970, em três itens:

1. — metodológicos, que discutem, ou os aspectos e propostas de técnicas de abordagem do assunto, ou problemas de classificação de tipos migratórios.

Incluiríamos fundamentalmente aqui os artigos de Poussou, Henry, Hollingswoth.

2. — de discussão de possibilidades da utilização de fontes as mais variadas para suporte dos estudos das migrações históricas em casos concretos, como são igualmente os artigos dos três autores acima citados e mais os de Todorov, Corvisier, Gresset, Combes-Monier, Perrenoud, Sabeau.

3. — monográficos, de resultados de pesquisas sôbre regiões limitadas ou de parcelas de populações, onde se incluem a quase totalidade dos trabalhos.

Na impossibilidade de comentar tôdas as importantes contribuições presentes no volume em apreço, gostaríamos de apresentar, em suas linhas gerais, três trabalhos, sem que, nesta escôlha, resulte uma valoração dos mesmos em detrimento dos demais.

O artigo do professor Poussou, especialista em migrações históricas, intitulado *Les mouvements migratoires en France et à partir de la France de la fin du XVe siècle au debut du XIXe siècle. Approches pour une synthèse* (p. 11-78) passa em revista os problemas de métodos e as tentativas de classificação de movimentos migratórios (propondo inclusive uma própria) e de utilização de fontes, tornando-o de leitura obrigatória para os que pretendem desenvolver trabalhos no setor. Em suas conclusões Poussou reitera o estágio inicial e lacunoso dos estudos de migrações históricas em França, apesar de constatar que os progressos realizados nos últimos anos, foram enormes. Propõe concretamente que: 1). — a partir dos trabalhos já efetuados, se amplie os estudos de migrações relacionando-os por regiões e por profissões; 2). — se constitua um vasto fichário para os fatos migratórios franceses, em que os Arquivos departamentais se encarregarão de coletar tôdas as informações colhidas aqui e ali; 3). — se organize uma pesquisa sistemática, que poderia interessar a tôdas as prefeituras e sub-prefeituras, e que abrangesse uma dezena de anos pré-revolucionários, com o objetivo de se fixar rapidamente um mapa geral dos movimentos e correntes de migrações; 4). — se realize umas vinte monografias paroquiais para aquelas regiões de França de mais forte emigração temporaria e sazonal, para se conhecer, com precisão, as conseqüências reais destes movimentos.

Louis Henry, o mestre incontestado da Demografia Histórica, em suas *Deux notes sur les migrations* (p. 79-86) propõe-nos, na primeira delas, um modo de avaliação das migrações, através dos saldos migratórios por diferenças, e na segunda nota a necessidade de conhecer melhor certas características dos deslocamentos para se corrigir as perdas de informações resultantes das falhas dos registros e das migrações propriamente ditas. Em ambos os casos, o ponto de partida são os dados fornecidos pelos Registros Paroquiais de batismos e de óbitos, eventualmente corrigidos pelos dados fornecidos pelas listas nominativas de habitantes. Artigo eminentemente técnico e que pode ser aplicado para todos os casos em que os Registros Paroquiais forem utilizados.

Enfim, uma nota sôbre o balanço feito por F. Mauro: *Pour une classification retrospective des types de mobilité géographique aux Amériques* (p. 97-118). Nele o Autor distingue três grandes períodos na História das migrações da América Latina: 1). — da descoberta à introdução da máquina a vapor, isto é, até a metade do século XIX; 2. — desta à guerra de 1914; 3. — De 1914 aos nossos dias.

Para o primeiro período distingue dois centros americanos de penetração inicial ao Continente. Um, espanhol, nas Antilhas e Golfo do México; outro, onde se desenvolve o império português, situado na orla brasileira que vai de NE a SE. Tentando uma classificação, Mauro determina três grandes categorias de mobilidade neste primeiro período: a da migração definitiva sem espírito de volta, a da mobilidade profissional não ritmada e a dos deslocamentos temporários ritmados, esta a mais importante a seu vêr. Na segunda fase que situa-se a partir da segunda metade do século 19 e até 1914, com as mudanças ligadas ao desenvolvimento da Europa e da América do Norte resultantes da industrialização, ocorre, como não se desconhece, grandes deslocamentos humanos para a América. Mobilidades intercontinentais, antigas e novas, mas também mobilidades intracontinentais e internas. Finalmente, a partir de 1914, novos tipos de migrações podem ser verificadas e correlacionadas com o início da industrialização da América Latina: o êxodo rural temporário inter-regional, e outras.

MARIA LUIZA MARCILIO

*

* *

ELLIS (John Tracy). — *American Catholicism — The Chicago History of American Civilization*. The University of Chicago Press — Chicago and London, 307 pp.

Fazendo parte de uma série de livros sôbre as Instituições Religiosas Americanas, orientada pela *The Chicago History of American Civilization*, o presente volume é um estudo da atual posição católica nos Estados Unidos. Fugindo às interpretações meramente providencialistas, a leitura se desenvolve com forte embasamento histórico, abrindo novos caminhos para os estudos do catolicismo americano, mostrado como a mais universal e cosmopolita de todas as instituições. Apresenta minuciosa pesquisa sôbre o desenvolvimento das idéias e circunstâncias que envolveram o fenômeno católico americano e as implicações na adaptação ao contexto social, interando diferentemente nos diversos momentos da história americana.

A principal virtude do livro está em ser acima de tudo uma visão introspectiva da Igreja Católica norte-americana, deixando transparecer os aspectos

diretivos do comportamento dos fiéis e a aceitação destes como partícipes de um grupo religioso sempre crescente. A obra é inovadora a medida que abre novos campos para os estudos da mentalidade católica americana, novas posições para a interpretação das idéias religiosas naquele país e sobretudo para as pesquisas sobre o equilíbrio dos diferentes grupos religiosos dentro da história norte-americana.

JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

*

* *

MALTBY (William S.). — *The black Legend in England: The development of anti-Spanish sentiment, 1558-1660*. Duke University Press. 1971, 180 pp.

Atualmente o Dr. William S. Maltby é professor assistente de História do Pensamento na Universidade de Missouri, St. Louis, U. S. A., e o presente trabalho foi apresentado como tese de doutoramento na Duke University, Durham, N. C. em 1971. A tese parte do real significado da Legenda Negra no curso da luta entre os Tudors e a Espanha. É um estudo do enraizamento do conceito anti-hispânico na opinião inglesa mostrando as infleções que escritores e panfletistas procuraram dar no pensamento da época, sendo válidas, para tanto, muitas vezes traições e mentiras. O resultado foi a tradicional noção da "Legenda Negra" que através dos tempos teve enorme influência na literatura, na política e até na historiografia, fazendo-se, portanto, necessário um estudo novo visando os desvencilhamentos desta mentalidade. Nesta ordenada e vívida obra, o Dr. Maltby traça o desenvolver do sentimento anti-hispânico na Inglaterra de 1558 a 1660, examinando as atitudes inglesas em relação à Inquisição e à conquista espanhola da América, sendo analisados os meios adotados na luta dos espanhóis pelo poder, a revolta dos Países-Baixos, a derrota da Invencível Armada e a continuidade de tais idéias mesmo muito tempo depois de desaparecidas as motivações aparentes para tal comportamento.

"A Legenda Negra" na Inglaterra, lança novas luzes no desenvolvimento de preconceito nacional, semeando dúvidas sobre o sentimento da "propaganda Tudor" em relação aos espanhóis nos séculos XVI e XVII, e finalmente ilumina alguns cantos mais obscuros da literatura elizabetana.

JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

*

* *

DAUNT (Ricardo Gumbleton). — *Diário da Princesa Isabel*. São Paulo. Editôra Anhembi. 1957. 106 págs.

Em 1884 visitaram a então província de São Paulo os Condes d'Eu (Príncipe Gastão de Orléans e Princesa Isabel), acompanhados de seus três filhos e de outras pessoas gradas. Durou a viagem de 5 a 27 de novembro. Entraram os viajantes pelo vale do Paraíba e alcançaram Sorocaba, Ipanema, Tietê, Capivari, a fazenda Ibicaba (do Senador Vergueiro), Campinas, e, depois de regressarem a São Paulo, dirigiram-se para Santos, donde rumaram para o sul do País. Numa série de cartas dirigidas ao Imperador, relatou a Princesa Isabel a viagem realizada, sob a forma de diário, documento este que foi divulgado pelo Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que o anotou farta e exaustivamente. À prestigiosa revista *Anhembi*, infelizmente desaparecida, coube a prioridade da publicação do interessante diário, posteriormente editado em volume. Yan de Almeida Prado, erudito e paciente investigador de nosso passado, após-lhe excelente prefácio em que estuda o ambiente oferecido pela província de São Paulo por ocasião de imperial visita. Ambiente não apenas político, mas também cultural, social, econômico, um lustro apenas antes de ruir-se a instituição monárquica.

Lembra o prefaciador a posição difícil criada em tórno dos príncipes naquele últimos anos do regime imperial: êle, jamais conseguindo captar a simpatia dos brasileiros, apesar dos muitos momentos de dedicação ao País, principalmente quando comandante das fôrças em operação na fase final da guerra contra Lopez; e a própria princesa, vendo explorados contra a sua pessoa, naqueles anos de fermentação republicana e positivista, até os seus sentimentos religiosos, como que a prometer "reinado obscurantista no gênero da monarquia absolutista orientada pelo Santo Officio". Todavia, lembra, ainda, o prefaciador, as cartas ora reproduzidas "revelam imagem muito diversa". Através delas, "surge-nos personalidade esclarecida, sensível, indulgente, capaz de compreender problemas individuais e coletivos, interessada tanto em assuntos elevados como nos que tocam o eterno feminino" (pág. 17).

A essa visita, empresta o sr. Almeida Prado caráter nitidamente político. Sob êste aspecto, porém, seu resultado foi nulo: "A sorte da monarquia decidia-se no momento na capital do País entre militares e civis competidores entre si, igualmente republicanos e resolvidos a derrubar o trono" (pág. 24).

Tudo na província paulista se afigurou bom e amável à nobre viajante. Contudo, o seu espírito refletido não deixava de reparar no que lhe parecesse errado, seja na crítica que faz a uma igreja de Lorena, seja na maneira, por assim dizer escandalosa, com que se processavam os exames na velha Academia de Direito. Algumas visitas feitas em São Paulo caracterizam a Paulicéia de então: o solar do Marquês de Três Rios (ocupado posteriormente pela Escola Politécnica), a Faculdade de Direito, o jardim público com o famoso "canudo do Dr. João Teodoro", a tipografia de Jules Martin (futuro construtor do velho

Viaduto do Chá), a casa Garraux, a escola normal, o Grande Hotel, a chácara do francês Joly (para os lados do Brás), o Instituto Ana Rosa, o seminário episcopal, o recolhimento da Glória, a casa Levy (pianos), a fábrica de chapéus de João Adolfo, o monumental edifício do Ipiranga (já construído, mas ainda não utilizado e onde futuramente se instalaria o museu do Estado), o mercado, a Ilha dos Amores, o Clube Haydn, de tanta significação na vida artística da época e onde tiveram os visitantes imperiais oportunidade de assistir um concerto “soporífero, por causa da falta de nuances, ritmo e movimento adequado”. Assim mesmo, “fizeram muito para os meios de que dispunham”, remata a princesa o seu comentário. Convém observar que nesse concerto, cujo programa o anotador divulgou, foram executadas, provavelmente pela primeira vez em São Paulo, as duas primeiras sinfonias de Beethoven. Dirigia a orquestra um sr. E. Pons, que d. Isabel já conhecia de Petrópolis, onde se apresentara como barítono. Do quarteto, que executou uma peça de Haydn, fazia parte José Pedro de Sant-Ana Gomes, irmão de Carlos Gomes. A divulgação do programa desse concerto, realizado aos 22 de novembro de 1884, permite retificar o que escreveu d. Amélia de Rezende Martins a propósito das primeiras execuções de sinfonias de Beethoven em São Paulo. Segundo a ilustre musicista, aquelas sinfonias só teriam tido suas *premières* em São Paulo em 1885, num concerto dirigido por Alexandre Levy.

Na visita ao interior, teve d. Isabel sua atenção voltada especialmente para a fábrica de Ipanema, para os engenhos de Capivarí (Raffard) e para a fazenda de Ibicaba. As visitas feitas em Campinas, marcam a fisionomia da cidade naquela época: a matriz da Conceição (com os sempre admirados entalhamentos de Vitoriano dos Anjos), o bosque dos jequitibás, a Santa Casa de Misericórdia, a escola-monumento Corrêa de Melo, a Beneficência Portuguesa, as oficinas de Mac-Hardy (máquinas agrícolas) e o Colégio Culto à Ciência, de tanta tradição na história cultural paulista, transformado hoje em colégio estadual.

Rápidas e extremamente sintéticas como são, as notas de viagem de d. Isabel teriam pouco interesse para o leitor de hoje, sem as anotações do dr. Ricardo Gumbleton Daunt, nome que possui brilhante fôlha de serviços à historiografia paulista e em nada desmerecedor daquele que tanto se destacou na terra campineira, no século passado. Suas notas valem por verdadeiras lições de história paulista, particularmente da cidade de São Paulo.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

*

* *

DELLA CAVA (Ralph). — *Miracle at Joazeiro*. Columbia University Press. 1970.

Incontestavelmente, o Padre Cícero Romão Batista é hoje figura bem conhecida no Nordeste e em todo o Brasil. Nasceu, cresceu, dentro desse panorama de misticismo e de sub-desenvolvimento dos sertões, só agora despertando para o progresso. O clima social onde medrou, com o fenômeno natural das secas periódicas e a falta de instrução das populações, é por demais propício aos homens carismáticos, ou mesmo para a *santificação* em vida de muitos vultos que se voltam para as sofridas populações sertanejas.

Literatura popular, erudita, cinema, giram em tórno daquele sacerdote, nascido em Crato, ordenado no seminário de Fortaleza. Fixou-se em Juazeiro do Norte, de onde se irradiou em vasta zona do país. Criou, igualmente, a prosperidade da terra onde viveu a maior parte de sua vida. Muitas das publicações enaltecem-lhe o papel em guiar espiritualmente massas humanas, e outras, ao contrário, o condenam.

Estrangeiros também se preocupam com o *Padrim* de milhares e milhares de romeiros — o Padre Cícero, olhando como salvador por homens que sofrem nessa luta tremenda contra o meio hostil, ausentes do amparo dos governos, só agora começando a olhar para as classes desfavorecidas.

Ralph della Cava, do Instituto Latino Americano de Estudos da Universidade de Colúmbia, editado pela Columbia University Press, 1970, lançou o livro *Miracle at Joazeiro*. É estudo minucioso, bem elaborado, baseado em pesquisas pessoais exaustivas. Isola o Padre Cícero do lado propriamente vinculado ao misticismo, como o povo o encara, para situá-lo como vulto de destaque, na sociologia. Olha-o pelo lado humano, dentro desta sociedade complicada do nordeste brasileiro.

Não sei inglês. Emprestei o livro que recebera, com gentil oferta, ao Monsenhor Francisco Montenegro, meu velho amigo, diretor do Colégio Diocesano de Crato e professor daquela língua no mesmo estabelecimento. Algum tempo depois, resumiu-o para mim e entregou-me a tradução da “orelha”, introdução e prefácio de *Miracle at Joazeiro*. Gostei da exposição que me fez o Monsenhor. Agora, tento fazer resumo do que disse, aguardando ampliá-lo, mais adiante, para a “Revista de História”, de São Paulo.

Conheci pessoalmente o autor, Ralph Della Cava, e correspondo-me com ele, de quando em quando. Passou vários meses no Cariri e muito frequentou a minha residência, em conversação bastante agradável, com efusão tôda latina.

Americano, filho de francês e italiano e, ainda, casado com ucraniana, fala correntemente a língua portuguesa. Escreve-me, mostrando-se senhor de nossa gramática. É homem internacional. Estudou, por algum tempo na Bélgica, onde viu rodas em calçadas, como no interior nordestino, agora quase eliminadas entre nós pela televisão.

Seu livro, com ótima encadernação, documentado, é cheio de fotografias bem expressivas. Vale a pena a gente conhecer alguma da “orelha”, prefácio e introdução do *Milagre em Juazeiro*, traduzida por Monsenhor Francisco Montenegro: “*Milagre em Juazeiro*” é a história política de um movimento religioso popular, que surgiu no interior do Nordeste do Brasil, entre os anos de 1889 e 1934. O movimento foi motivado por um suposto milagre, a 1^o de março de 1889. Padre Cícero Romão Batista, capelão de um lugarejo do interior, chamado Juazeiro, administrou a comunhão a uma jovem mulher piedosa. Dentro de poucos instantes, a Hóstia branca foi transformada em sangue, que os observadores contemporâneos e demais devotos acreditavam ser o sangue de Jesus Cristo, derramado novamente para a salvação do gênero humano. Esta crença coletiva tornou-se o fundamento de um movimento religioso popular, combatido tanto pela Igreja como pelo Estado. Padre Cícero, duas vezes excomungado pela Santa Inquisição Romana e denunciado como subversivo pelas autoridades políticas, foi transformado pelas massas rurais do Nordeste brasileiro como herói do povo. Igualmente, digno de nota foi a transformação do movimento de Juazeiro numa grande força política e as transformações do padre numa das mais poderosas forças políticas da história da região”.

Convém lembrar que, em 1914, o senador Pinheiro Machado, através do dr. Floro Bartolomeu da Costa, aproveitou o prestígio político do padre a fim de derrubar Franco Rabelo do governo cearense, caído no *index* do então Partido Republicano Conservador.

Prossigamos: “Como declaramos no início, o objetivo principal dêste estudo é lembrar a história política de Juazeiro. O aspecto messiânico foi propositalmente posto à margem. Esta estratégia não foi arbitrária, apesar de o Padre Cícero ter aparecido, para alguns de seus seguidores, como um dos *Messias* e que, nos momentos históricos específicos, essa parte tenha sido articulada por certos grupos sociais dentro do movimento. No entanto, ao modo de ver do autor, nem a parte messiânica nem uma teoria de milenarismo seriam capazes de justificar ou de explicar satisfatoriamente um movimento que durou quase meio século e, naquele tempo, num processo constante de conflito, chegar a um acôrdo e acomodação tanto com a Igreja como com o Estado. Nem tais teorias pareciam narrar as mudanças dentro do próprio movimento, como se pode ver pela maleabilidade dos seguidores do Padre Cícero, que começaram em 1889 como católicos ortodoxos, foram declarados católicos dissidentes em 1894 e finalmente, depois de 1900, a base política popular, que levou o padre suspenso a

entrar nas estruturas políticas conservadoras estabelecidas na região, no Estado e na Nação”.

Seu livro baseia-se no programa que traçou e, de acôrdo com que me informou Monsenhor Montenegro, é dos mais imparciais e criteriosos que êle conhece, em tórno de tão momentoso assunto. Na realidade, o autor colheu dados das opiniões em conflito, desde o arquivo dos processos mandados fazer por D. Joaquim Viera, paulista de boa fibra, a outros documentos juazeirenses.

Miracle at Joazeiro mostra também que o Nordeste começa a interessar os estudiosos das nações mais cultas do globo.

J. FIGUEIREDO FILHO